



## SUMÁRIO

### **Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas**

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	3
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	4
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	8
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	10

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Balancos patrimoniais em dezembro 2023 e 2022**  
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	263.595	215.857	374.296	268.915
Investimentos em Títulos do Governo	6	63.131	46.744	88.352	46.744
Concessionárias e Permissionárias	7	137.052	113.166	141.246	116.244
Tributos a Compensar	8	30.928	47.483	31.032	47.587
Estoques		21.939	38.820	21.939	38.820
Derivativos	32	104	-	104	-
Ativo Contratual	10	593.806	555.713	609.002	573.783
Outros Créditos a Receber	9	78.698	55.944	79.760	55.984
<b>Total do circulante</b>		<b>1.189.253</b>	<b>1.073.727</b>	<b>1.345.731</b>	<b>1.148.077</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos a Compensar	8	-	16.242	-	16.242
Depósitos Judiciais	20	174.047	116.984	208.819	149.347
Investimentos em Títulos do Governo	6	-	9.256	-	9.256
Ativo Contratual	10	3.715.628	3.039.014	3.983.725	3.289.346
Derivativos	32	39.027	-	39.027	-
Outros Créditos a Receber	9	3.862	2.959	3.862	2.959
Investimentos	11	393.141	259.204	22.422	17.848
Imobilizado	12	176.833	85.174	176.843	85.187
Direito de Uso		4.859	6.532	4.859	6.532
Intangível		5.248	11.232	5.248	11.232
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.512.645</b>	<b>3.546.597</b>	<b>4.444.805</b>	<b>3.587.949</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.701.898</b>	<b>4.620.324</b>	<b>5.790.536</b>	<b>4.736.026</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	144.827	69.495	145.415	72.391
Obrigações Trabalhistas	14	23.290	19.966	23.290	19.966
Obrigações Fiscais	15	86.645	58.640	88.711	62.156
Empréstimos e Financiamentos	16	2.384	4.179	2.384	4.179
Debêntures	17	16.047	78.937	16.047	78.937
Entidade de Previdência Privada	18	82.977	70.355	82.977	70.355
Obrigações da Concessão	19	73.348	37.124	73.749	37.360
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	-	9.321	-	9.321
Outros Passivos	22	50.939	43.472	51.400	43.850
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	23	106.617	227.069	106.617	227.069
<b>Total do circulante</b>		<b>587.074</b>	<b>618.558</b>	<b>590.590</b>	<b>625.584</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	400.470	19.552	400.470	19.552
Debêntures	17	1.708.990	958.298	1.708.990	958.298
Entidade de Previdência Privada	18	664.599	408.023	664.599	408.023
Obrigações Fiscais	15	3.003	-	7.400	4.921
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	326.641	251.716	348.763	271.094
Obrigações da Concessão	19	64.227	57.191	64.227	57.191
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21	544.513	481.260	544.513	481.260
Derivativos	32	20.430	-	20.430	-
Outros Passivos	22	45.139	60.901	94.692	140.305
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.778.012</b>	<b>2.236.941</b>	<b>3.854.084</b>	<b>2.340.644</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>23</b>				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(17.293)	(16.148)	(17.293)	(16.148)
Outros Resultados Abrangentes		(601.994)	(300.055)	(601.994)	(300.055)
Reserva Legal		142.780	112.499	142.780	112.499
Reserva Lucro a realizar		109.601	59.887	109.601	59.887
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	354.367	354.367	354.367
Dividendo		368.008	572.931	368.008	572.931
		1.336.812	1.764.824	1.336.812	1.764.824
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	9.050	4.973
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.336.812</b>	<b>1.764.824</b>	<b>1.345.862</b>	<b>1.769.797</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.701.898</b>	<b>4.620.324</b>	<b>5.790.536</b>	<b>4.736.026</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022**  
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>1.769.086</b>	<b>1.784.277</b>	<b>1.832.616</b>	<b>1.809.228</b>
Custo de Operação	26	(196.160)	(254.063)	(197.507)	(308.100)
Depreciação e Amortização		(2.871)	(2.456)	(2.874)	(2.459)
Outros custos com Operação		(193.289)	(251.607)	(194.633)	(305.641)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>	<b>26</b>	<b>(582.927)</b>	<b>(198.376)</b>	<b>(510.057)</b>	<b>(240.069)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>989.999</b>	<b>1.331.838</b>	<b>1.125.052</b>	<b>1.261.059</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>26</b>	<b>(149.885)</b>	<b>(101.225)</b>	<b>(153.930)</b>	<b>(103.908)</b>
Despesas com Vendas		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Despesas Gerais e Administrativas		(98.030)	(103.252)	(101.978)	(105.936)
Depreciação e amortização		(7.257)	(8.523)	(7.257)	(8.523)
Outras despesas Gerais e Administrativas		(90.773)	(94.729)	(94.721)	(97.413)
Outras Despesas Operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras despesas operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras Receitas	27	1.139	13.029	1.139	13.029
Outras Despesas	27	(1.878)	(32.291)	(1.878)	(20.579)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>839.375</b>	<b>1.211.351</b>	<b>970.383</b>	<b>1.149.601</b>
Resultado de Participações Societárias		135.923	(54.219)	5.414	3.818
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>975.298</b>	<b>1.157.132</b>	<b>975.797</b>	<b>1.153.419</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>28</b>				
Receitas Financeiras		73.967	173.157	83.362	177.011
Despesas Financeiras		(258.266)	(172.743)	(261.539)	(173.307)
		<b>(184.299)</b>	<b>414</b>	<b>(178.177)</b>	<b>3.704</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>790.999</b>	<b>1.157.546</b>	<b>797.620</b>	<b>1.157.123</b>
Contribuição Social	21	(49.277)	(66.005)	(50.288)	(66.590)
Imposto de renda	21	(136.118)	(183.375)	(138.512)	(184.745)
		<b>(185.395)</b>	<b>(249.380)</b>	<b>(188.800)</b>	<b>(251.335)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>605.604</b>	<b>908.166</b>	<b>608.820</b>	<b>905.788</b>
Lucro líquido atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	605.604	908.166
Lucro líquido atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	3.216	(2.378)
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$		63,13	94,68	63,47	94,43
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$		63,13	94,68	63,47	94,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022**  
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro			Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
			Reserva Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>981.343</b>	<b>(16.148)</b>	<b>59.887</b>	<b>112.499</b>	<b>354.367</b>	<b>572.931</b>	-	<b>(300.055)</b>	<b>1.764.824</b>	<b>4.973</b>	<b>1.769.798</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>605.604</b>	<b>(301.939)</b>	<b>303.665</b>	<b>3.216</b>	<b>306.881</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	605.604	-	605.604	3.216	608.820
Varição valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	4.710	4.710	-	4.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(1.601)	(1.601)	-	(1.601)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(305.048)	(305.048)	-	(305.048)
<b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>	-	-	<b>49.714</b>	<b>30.280</b>	-	-	<b>(79.994)</b>	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	30.280	-	-	(30.280)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	49.714	-	-	-	(49.714)	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	<b>(1.145)</b>	-	-	-	<b>(204.923)</b>	<b>(525.609)</b>	-	<b>(731.676)</b>	<b>861</b>	<b>(730.816)</b>
Juros sobre capital próprio - AGE 31/03/23, 30/06/23, 30/09/23 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	(91.800)	-	(91.800)	-	(91.801)
Constituição reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284)	(284)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(572.931)	-	-	(572.931)	-	(572.931)
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(1.145)	-	-	-	-	-	-	(1.145)	1.145	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	368.008	(368.008)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(65.800)	-	(65.800)	-	(65.800)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>981.343</b>	<b>(17.293)</b>	<b>109.601</b>	<b>142.780</b>	<b>354.367</b>	<b>368.008</b>	-	<b>(601.994)</b>	<b>1.336.812</b>	<b>9.050</b>	<b>1.345.862</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro			Dividendo	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total	
			Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal							Reserva Dividendos não Distribuídos
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>981.343</b>	-	<b>421.658</b>	-	<b>67.091</b>	<b>1.153.883</b>	-	<b>(601.721)</b>	<b>2.022.254</b>	<b>6.868</b>	<b>2.029.122</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>908.166</b>	<b>301.666</b>	<b>1.209.832</b>	<b>(2.378)</b>	<b>1.207.454</b>	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	908.166	-	908.166	(2.378)	905.788	
Varição valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.546)	(3.546)	-	(3.546)	
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212	-	305.212	
<b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	<b>59.887</b>	<b>45.408</b>	-	<b>(105.295)</b>	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	45.408	-	(45.408)	-	-	-	-	
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	-	-	-	
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	<b>(16.148)</b>	<b>(421.658)</b>	-	-	<b>(799.516)</b>	<b>572.931</b>	<b>(802.870)</b>	<b>(1.467.261)</b>	<b>482</b>	<b>(1.466.778)</b>	
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	-	-	421.658	-	-	-	-	-	
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(482)	-	-	-	-	-	-	(482)	482	-	
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	-	(15.666)	-	(15.666)	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.221.174)	-	-	(1.221.174)	-	(1.221.174)	
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)	-	(95.000)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-	-	-	
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)	-	(134.939)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>981.343</b>	<b>(16.148)</b>	-	<b>59.887</b>	<b>112.499</b>	<b>354.367</b>	<b>572.931</b>	-	<b>(300.055)</b>	<b>1.764.824</b>	<b>4.973</b>	<b>1.769.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022**

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>791.000</b>	<b>1.157.546</b>	<b>797.621</b>	<b>1.157.122</b>
<b>Ajustes:</b>				
Depreciação e amortização	10.129	(4.650)	10.131	(4.647)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	709	3.158	709	3.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	(135.923)	54.219	(5.414)	(3.818)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	37.881	54.131	40.089	56.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.998)	6.810	(1.901)	6.810
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(5.874)	(7.465)	(5.874)	(7.465)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	210.175	70.901	210.711	70.901
Ativo Contratual	(733.559)	(1.194.712)	(774.551)	(1.090.334)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61.384	-	61.384	-
Outros	1.858	(36.619)	1.858	57.684
	<b>235.782</b>	<b>103.319</b>	<b>334.763</b>	<b>245.591</b>
<b>Variações nos Ativos e Passivos Operacionais</b>				
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>				
Concessionárias e Permissionárias	(22.108)	(19.090)	(23.321)	(20.387)
Tributos a recuperar	32.774	(42.009)	32.774	(42.009)
Estoques	25.904	(6.188)	25.904	(6.188)
Empréstimos a Receber	-	198.789	-	198.789
Adições do ativo de transmissão	(525.658)	(223.819)	(547.952)	(229.685)
Ativo Contratual	592.756	634.705	611.637	650.350
Depósitos judiciais	(48.382)	(44.651)	(50.791)	(47.761)
Outros ativos	(23.888)	(2.695)	(25.478)	(11.017)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>				
Fornecedores	75.332	39.503	73.024	39.487
Obrigações fiscais	(45.334)	7.521	(48.292)	7.360
Obrigações trabalhistas a pagar	3.324	(30.833)	3.324	(30.846)
Obrigações da concessão	44.323	516	44.488	497
Outras contas a pagar	(8.296)	10.113	(8.550)	(134.120)
Provisão para Benefícios a Empregados	(97.234)	(82.456)	(97.234)	(82.456)
	<b>3.513</b>	<b>439.406</b>	<b>(10.466)</b>	<b>292.013</b>
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(254.566)	(47.409)	(254.566)	(47.409)
Pagamento de contingências judiciais	(10.916)	(14.031)	(10.916)	(14.031)
IRPJ e CSLL pagos	(61.172)	(67.579)	(63.594)	(67.579)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>(87.359)</b>	<b>413.706</b>	<b>(4.779)</b>	<b>408.585</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(93.601)	-	-
Dividendos Recebidos	803	3.557	803	3.557
Investimentos em Títulos do Governo	3.453	54.214	(21.768)	54.214
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(151.465)	(37.018)	(151.465)	(77.682)
Adições no Intangível	(1.195)	(40)	(1.195)	(40)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(148.404)</b>	<b>(72.888)</b>	<b>(173.625)</b>	<b>(19.951)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(23.798)	(590.367)	(23.798)	(590.367)
Captação de Empréstimos e Debêntures	1.165.142	957.801	1.165.142	957.801
Liquidação de Operações com Derivativos	(18.771)	-	(18.771)	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(839.072)	(1.218.652)	(839.072)	(1.218.652)
Redução de capital	-	-	284	-
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	(15.666)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>283.501</b>	<b>(866.884)</b>	<b>283.785</b>	<b>(866.885)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>47.738</b>	<b>(526.066)</b>	<b>105.381</b>	<b>(478.251)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>215.857</b>	<b>741.923</b>	<b>268.915</b>	<b>747.166</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>263.595</b>	<b>215.857</b>	<b>374.296</b>	<b>268.915</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em dezembro 2023 e 2022**

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>1 - Receita</b>	<b>2.021.264</b>	<b>2.037.853</b>	<b>2.094.597</b>	<b>2.085.597</b>
1.1 Receita Operacional Bruta	1.994.023	2.000.742	2.067.453	2.048.486
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.998	(6.810)	1.901	(6.810)
1.3 Outras Receitas	25.243	43.921	25.243	43.921
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(663.251)</b>	<b>(298.309)</b>	<b>(604.021)</b>	<b>(441.048)</b>
2.1 Material	(7.653)	(3.952)	(7.684)	(3.958)
2.2 Serviços de Terceiros	(72.940)	(62.741)	(84.814)	(73.185)
2.3 Outros Custos Operacionais	-	-	85.000	-
2.4 Custo de Construção	(582.927)	(198.376)	(595.058)	(329.660)
2.5 Outras Despesas Operacionais	269	(33.240)	(1.465)	(34.243)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.358.013</b>	<b>1.739.544</b>	<b>1.490.576</b>	<b>1.644.549</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(69.754)</b>	<b>(1.367)</b>	<b>(69.720)</b>	<b>33.273</b>
4.1 Depreciação e Amortização	(8.463)	(7.036)	(8.466)	(7.039)
4.2 Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(1.665)	(3.943)	(1.665)	(3.943)
4.3 Provisões	(59.626)	9.612	(59.589)	44.255
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.288.259</b>	<b>1.738.177</b>	<b>1.420.856</b>	<b>1.677.822</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>209.890</b>	<b>118.937</b>	<b>88.777</b>	<b>180.829</b>
6.1 Resultado de Participações Societárias	135.923	(54.219)	5.414	3.818
6.2 Receitas Financeiras	73.967	173.156	83.363	177.011
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.498.149</b>	<b>1.857.114</b>	<b>1.509.633</b>	<b>1.858.651</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>174.893</b>	<b>238.709</b>	<b>174.920</b>	<b>238.833</b>
8.1.1 Remuneração Direta	73.547	113.190	73.574	113.190
8.1.2 Benefícios	31.932	51.486	31.932	51.487
8.1.3 Plano de Benefícios Previdenciais	53.620	58.391	53.620	58.495
8.1.4 Compromissos Previdenciais	7.832	6.845	7.832	6.866
8.1.5 FGTS	7.961	8.795	7.961	8.795
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>455.156</b>	<b>531.830</b>	<b>459.992</b>	<b>534.795</b>
8.2.1 Federais	453.010	520.951	457.846	523.740
8.2.2 Estaduais	79	17	79	17
8.2.3 Municipais	2.067	10.862	2.067	11.038
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>262.496</b>	<b>178.410</b>	<b>265.902</b>	<b>179.235</b>
8.3.1 Despesas de Locações	4.230	5.701	4.363	5.853
8.3.2 Despesas Financeiras	258.266	172.709	261.539	173.382
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>605.604</b>	<b>908.165</b>	<b>608.819</b>	<b>905.788</b>
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	91.800	95.000	91.800	95.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	433.809	707.870	433.809	707.870
8.4.3 Reserva de Lucro	79.994	105.295	79.994	102.917
8.4.4 Lucros Acumulados	-	-	3.215	-
	<b>1.498.149</b>	<b>1.857.114</b>	<b>1.509.633</b>	<b>1.858.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2023, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”) visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.



Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros elevadas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis das Lojas Americanas, no início do ano, impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Lojas Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante ao finalizar o exercício: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

## **Ambiente regulatório**

Os principais destaques da regulação setorial de 2023 no segmento de transmissão estão elencados a seguir:

### **Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):**

A Resolução Homologatória ("REH") nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT (Portaria) nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

(em milhares de reais)

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(\*\*) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), e da controlada TESB, nº 001/2011, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC			
055/2001	731.897	155.876	-	157.222	77.025	-	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	-	-	21.435	-	-	-	-446	20.989	21.733
001/2011	-	-	34.413	-	-	2.818	-6.026	31.204	24.009
	<b>731.897</b>	<b>155.876</b>	<b>55.848</b>	<b>157.222</b>	<b>77.025</b>	<b>2.818</b>	<b>-59.639</b>	<b>1.121.047</b>	<b>962.983</b>

(\*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

### Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T).

### Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na Subestação (SE) 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita anual de R\$ 10.739.259,16.

### Contrato de Concessão nº 001/2011- TESB

Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R\$ 43.161.248,90.

## 3. Desempenho operacional

A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos.

### Energia Não Suprida (“ENS”)

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2023, o ENS totalizou 689,45 MWh, comparado a 975,72 MWh em 2022, representando uma redução de 29,3%.

### Parcela Variável (“PV”) Descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”). Em 2023, a PV incidente totalizou 1,223%, comparado a 0,916% em 2022, representando um aumento de 33,5%. Esse aumento se refere a desconto de parcela variável executado pelo ONS relativo a evento ocorrido em 2022, mas que ainda estão sob análise da ANEEL, podendo ser devolvido à transmissora. Desconsiderando esse caso, o valor de desconto seria de 0,77% o qual apresenta melhor desempenho em relação à 2022.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.084 milhões, representando um aumento de 1,1% (R\$ 22 milhões), devido principalmente ao aumento de R\$ 618 milhões na receita de construção, por conta do aumento de investimentos realizados ao longo do ano. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de 32,4% (R\$ 596 milhões) nos demais itens, principalmente por causa da queda na remuneração do ativo financeiro devido à entrada no último ciclo do reperfilamento do componente financeiro do RBSE.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 252 milhões, apresentando uma redução de 0,6% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.833 milhões, um aumento 1,3% (R\$ 23 milhões).

### Geração operacional de caixa — EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 986 milhões, uma redução de 15,3% (R\$ 179 milhões), devido principalmente ao aumento nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 355 milhões), derivado do investimento realizado pela companhia ao longo de 2023. Este efeito foi parcialmente compensado por: (I) uma redução no PMSO, especialmente a despesa com pessoal (R\$ 62 milhões); (II) por uma redução nas perdas por ineficiência na construção do ativo contratual (R\$ 85 milhões); (III) um aumento de receita, principalmente devido a um aumento nas receitas com construção de infraestrutura (R\$ 22 milhões)

#### Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2023	2022
<b>Lucro Líquido</b>	<b>608.820</b>	<b>905.788</b>
Depreciação e amortização	10.131	10.990
Resultado financeiro	178.177	(3.704)
Contribuição social	50.288	66.589
Imposto de renda	138.512	184.745

<b>EBITDA</b>	<b>985.928</b>	<b>1.164.408</b>
---------------	----------------	------------------

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

## Lucro líquido

Em 2023, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 609 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 906 milhões no ano anterior, uma redução de 32,8% (R\$ 297 milhões), devido principalmente (i) à redução de 15,3% (R\$ 179 milhões) no EBITDA e à (ii) à variação de R\$ 182 milhões no resultado financeiro, passando de uma receita financeira líquida de R\$ 4 milhões para uma despesa financeira líquida de R\$ 178 milhões, em consequência da redução nas receitas advindas de variações cambiais pela quitação de financiamentos em moeda estrangeira, bem como do aumento nas despesas com encargos de dívidas, fruto das emissões de debêntures da Companhia. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de 24,9% (R\$ 63 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

## Endividamento

No final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 2.109 milhões, apresentando um aumento de 98,8%.

## 5. Investimentos

Em 2023, foram realizados investimentos de R\$ 701 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 23 milhões.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

## 6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

**Gestão de Recursos Humanos:** Em 2023, treinamos 234 colaboradores da base ativa. Foram 882 horas treinadas.

## 7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

### **Natureza**

---

Asseguração de covenants financeiros

---

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

---

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

---

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

---

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM nº 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

## **A Administração**

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

#### **Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL**

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

#### **Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL**

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

#### **Contrato de Concessão Nº 04/2022 - ANEEL**

Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R\$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023.



A Companhia possui participações diretas na seguinte controlada:

<b>Transmissão de Energia</b>	<b>Tipo de Sociedade</b>	<b>Participação Societária</b>	<b>Localização (Estado)</b>
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 97,77%	Rio Grande do Sul

## **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi emitida pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 – Ativo contratual;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos;
- Nota 21 – Créditos e débitos fiscais diferidos; e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

## 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários.

## 2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

## 2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

## (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.



A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que:

- I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia e a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%.
- II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%.
- III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### 3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### **Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### 3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

### **3.4 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### **3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão**

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### **3.6 Intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

### **3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (*"PD"* - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (*"EAD"* - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (*"LGD"* - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

### **3.8 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego**

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

### **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### 3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

### 3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### 3.14 Arrendamentos

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado

para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Base de consolidação**

#### **Controlada e coligadas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

#### **Aquisição de participação de acionistas não-controladores**

É registrada como transação entre acionistas, conseqüentemente nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A partir de 1º de janeiro de 2023, o Grupo adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

### **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)**

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

#### **(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).**

Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board (ISSB)* emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará.

### **(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das

curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

#### **(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
SalDOS bancários	9.043	(240)	9.060	(234)
Aplicações financeiras	254.552	216.097	365.236	269.149
Título de crédito privado (a)	251.531	216.097	362.215	269.149
Operações compromissadas em debêntures (a)	3.021	-	3.021	-
<b>Total</b>	<b>263.595</b>	<b>215.857</b>	<b>374.296</b>	<b>268.915</b>

- (a) Corresponde à títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) montante de R\$ 365.236 (R\$ 269.149 em 31 de dezembro de 2022), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,02% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 88,59% do CDI para Operações Compromissadas.

#### **(6) INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO**

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- i. Data-base: 15 de julho de 2000;
- ii. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- iii. Modalidade: nominativa e negociável;
- iv. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- v. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- vi. Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

##### **Forma de atualização das NTN-Bs**

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

##### **Movimentação**

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:



	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>108.121</b>	<b>22.264</b>	<b>(1.504)</b>	<b>13.817</b>	<b>(4.698)</b>
Atualização pela taxa efetiva	7.465	-	-	7.465	-
Valorização do valor justo	(10.181)	-	(10.181)	-	-
Juros Recebidos	-	-	4.810	-	-
Venda do ativo financeiro	(49.404)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	2.676	1.826	-	(4.502)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>56.000</b>	<b>24.940</b>	<b>(5.049)</b>	<b>7.465</b>	<b>(4.502)</b>
Atualização pela taxa efetiva	5.874	-	-	5.874	-
Valorização do valor justo	1.542	-	1.542	-	-
Juros Recebidos	-	-	3.168	-	-
Venda do ativo financeiro	(285)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	1.424	(1.601)	-	177
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>63.131</b>	<b>26.364</b>	<b>(1.941)</b>	<b>5.874</b>	<b>177</b>
<b>Circulante</b>	<b>63.131</b>				
<b>Não Circulante</b>					

## (7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total		Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 360 dias	> 360 dias	31/12/2023	31/12/2022		até 360 dias	> 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissonárias	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
<b>Total</b>				<b>137.052</b>	<b>113.166</b>				<b>141.246</b>	<b>116.244</b>

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissonárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes acessantes.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Concessionárias e permissonárias	Outros ativos	Total	Concessionárias e permissonárias	Outros ativos	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(3.952)</b>	<b>(7.569)</b>	<b>(11.521)</b>	<b>(3.952)</b>	<b>(7.569)</b>	<b>(11.521)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)	(5.124)	(1.686)	(6.810)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(9.076)</b>	<b>(9.255)</b>	<b>(18.331)</b>	<b>(9.076)</b>	<b>(9.255)</b>	<b>(18.331)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	3.754	220	3.974	3.657	220	3.877
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(5.322)</b>	<b>(9.035)</b>	<b>(14.357)</b>	<b>(5.419)</b>	<b>(9.035)</b>	<b>(14.454)</b>
Circulante	(5.322)	(9.035)	(14.357)	(5.419)	(9.035)	(14.454)

## (8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.215	13.770	10.297	13.852
IRPJ Saldo Negativo	11.551	20.338	11.553	20.340
CSLL Saldo Negativo	5.754	10.833	5.754	10.833
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>27.520</b>	<b>44.941</b>	<b>27.604</b>	<b>45.025</b>
Programa de integração social - PIS	453	316	455	318
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.470	1.484	2.470	1.484
Instituto nacional de seguridade social - INSS	300	313	300	313
Outros	185	429	203	447
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>3.408</b>	<b>2.542</b>	<b>3.428</b>	<b>2.562</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>30.928</b>	<b>47.483</b>	<b>31.032</b>	<b>47.587</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda a compensar	-	16.242	-	16.242
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>-</b>	<b>16.242</b>	<b>-</b>	<b>16.242</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>16.242</b>	<b>-</b>	<b>16.242</b>

## (9) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.595	8.601	12.595	8.601
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	1.916	3.447	2.978	3.486
Serviços Prestados	4.936	9.310	4.936	9.310
Dividendos a Receber	59	763	59	763
Custos a Reembolsar	2.273	1.440	2.273	1.440
Alienação de Bens e Serviços	382	1.521	382	1.521
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	34.442	17.855	34.442	17.855
Pagamentos Antecipados	4.009	2.177	4.009	2.177
(-) Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa	(9.035)	(9.255)	(9.035)	(9.255)
Outros Devedores	27.121	20.085	27.121	20.085
<b>Total Circulante</b>	<b>78.698</b>	<b>55.944</b>	<b>79.760</b>	<b>55.984</b>
<b>Não circulante</b>				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	3.413	2.827	3.413	2.827
Outros	449	132	449	132
<b>Total não circulante</b>	<b>3.862</b>	<b>2.959</b>	<b>3.862</b>	<b>2.959</b>

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL.

**Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais** - refere-se aos saldos das ordens e projetos de reformas em andamento, relacionados aos equipamentos desinstalados das subestações e linhas de transmissão, os quais passam por uma análise de triagem que, em caso de um parecer técnico favorável pelo seu reaproveitamento, são encaminhados ao processo de reforma e, posteriormente, movimentados para o estoque de investimento.

## (10) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como seguem:

	Controladora					Consolidado	
	Contrato 080/2002	Contrato 055/2001	Contrato 055/2001	Contrato 004/2021	Total	Contrato 001/2011	Total
	Lote A	RBSE	RBNi	Lote 6		TESB	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>61.276</b>	<b>1.523.804</b>	<b>1.172.600</b>	<b>-</b>	<b>2.757.680</b>	<b>341.894</b>	<b>3.099.574</b>
(+) Adições	-	-	223.891	53.149	277.040	46.530	323.571
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	-	350.300	1.093	351.393
(-) Baixas	-	-	(109)	-	(109)	-	(109)
(-) Amortização do período	(13.999)	(421.674)	(198.923)	-	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/-) Outros	-	54.036	266.645	-	320.681	(121.236)	199.445
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>127.863</b>	<b>1.696.959</b>	<b>1.715.910</b>	<b>53.995</b>	<b>3.594.727</b>	<b>268.401</b>	<b>3.863.129</b>
(+) Adições	-	-	726.560	93.709	820.269	22.294	842.563
(+) Remuneração	12.219	179.274	158.512	5.326	355.331	18.534	373.865
(+) Atualização Monetária	(4.370)	76.991	72.059	-	144.680	22.459	167.139
(-) Amortização	(19.788)	(387.733)	(184.416)	(819)	(592.756)	(18.881)	(611.637)
(+/-) Outros	(4.091)	297	(9.980)	957	(12.817)	(29.514)	(42.331)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>111.833</b>	<b>1.565.788</b>	<b>2.478.645</b>	<b>153.168</b>	<b>4.309.434</b>	<b>283.293</b>	<b>4.592.728</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.128</b>	<b>384.783</b>	<b>189.895</b>	<b>-</b>	<b>593.806</b>	<b>15.196</b>	<b>609.002</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>92.705</b>	<b>1.181.005</b>	<b>2.288.750</b>	<b>153.168</b>	<b>3.715.628</b>	<b>268.097</b>	<b>3.983.725</b>

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2023/2024 está vigente desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.216/2023 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNi), é de R\$ 232.902, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 889.119, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 53.167), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 21.435 e (iii) nº 0004/2022 que entrou em operação em dezembro de 2023 é de R\$ 9.988.

Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2023/2023 é de R\$ 37.230, com RAP adicional prevista de R\$ 5.931 na medida em que as obras de reforço forem concluídas.

Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo Diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa por meio da emissão do Despacho 1.844/2022, quando a Diretora Geral da Agência decidiu acatar o pedido de efeito suspensivo interposto pela ABRATE, suspendendo assim os efeitos do despacho nº 1.762/2022 até o julgamento definitivo pela Diretoria Colegiada da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu uma nova Nota Técnica nº 85/2023 tratando das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE contudo, não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE ainda depende de decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações financeiras.

## (11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Participações societárias permanentes</b>				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	390.252	256.315	19.533	14.959
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	<b>393.141</b>	<b>259.204</b>	<b>22.422</b>	<b>17.848</b>

### 11.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB	1.131.490	97,77%	799.856	96,85%
<b>Coligadas</b>				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

#### Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a RealYou Group Co. Ltd., constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a

exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 26 de maio de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), na qual, a Companhia integralizou o montante de R\$85.100. Em 05 de dezembro de 2023 foi realizada nova AGE, na qual, a Companhia integralizou o montante de R\$ 29.517. Em ambos os casos, o aumento de capital não foi acompanhado pelos demais acionistas. Assim, a participação acionária da Companhia na TESB passou de 96,85% para 97,77% em 31 de dezembro de 2023. Também na AGE realizada em 05 de dezembro de 2023 foi aprovado a compra, pela TESB, da totalidade das ações detidas pela acionista Procable pelo preço total de R\$ 283.245, a qual, foi inicialmente constituída Reserva de Capital e destinada para manutenção em tesouraria. Como consequência, fica consignada a saída da Procable do quadro de acionistas da TESB a partir desta data.

## Coligadas

### Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

### Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

## Informações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2023		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
<b>Controladas</b>			
TESB	616.565	406.066	133.724
<b>Coligadas</b>			
TPAE	38.146	50.125	193
ETAU	34.895	146.772	30.504

## Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Centrais Elétricas Brasileira SA - ELETROBRAS	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	<b>2.889</b>	<b>2.889</b>

## 11.2 Movimentação dos investimentos

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Integralização de Capital	AFAC	Perda de Investimentos	Saldos em 31/12/2023
<b>Controladas</b>							
TESB	241.356	130.508	-	114.900	(114.900)	(1.146)	370.718
<b>Coligadas</b>							
TPAE	4.144	1.055	(343)	-	-	-	4.856
ETAU	10.816	4.359	(497)	-	-	-	14.678
	<b>256.316</b>	<b>135.922</b>	<b>(840)</b>	<b>114.900</b>	<b>(114.900)</b>	<b>(1.146)</b>	<b>390.252</b>

	Controladora							Saldos em 31/12/2022
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda / Ganho de investimento	AFAC	Provisão para realização de AFAC	
<b>Controladas</b>								
TESB	111.971	(58.038)	-	99.300	(482)	114.900	(26.297)	241.355
<b>Coligadas</b>								
TPAE	3.445	804	(105)	-	-	-	-	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	-	-	-	-	10.815
	<b>125.132</b>	<b>(54.219)</b>	<b>(2.020)</b>	<b>99.300</b>	<b>(482)</b>	<b>114.900</b>	<b>(26.297)</b>	<b>256.314</b>

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Saldos em 31/12/2023
<b>Coligadas</b>				
TPAE	4.144	1.055	(343)	4.856
ETAU	10.815	4.359	(497)	14.677
	<b>14.959</b>	<b>5.414</b>	<b>(840)</b>	<b>19.533</b>

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
<b>Coligadas</b>				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	<b>13.161</b>	<b>3.818</b>	<b>(2.020)</b>	<b>14.959</b>

A equivalência patrimonial em 2023, R\$ 135.922 se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TP AE e ETAU.

## (12) IMOBILIZADO

	Controladora							TOTAL
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>727</b>	<b>2.926</b>	<b>35.416</b>	<b>201</b>	<b>320</b>	<b>47.080</b>	<b>44</b>	<b>86.715</b>
Adições	-	-	-	-	-	39.187	-	39.187
Baixas	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(35.488)	(4.581)	(53.221)
Depreciação	-	(219)	(3.044)	(160)	(45)	-	(8)	(3.476)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.969
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>727</b>	<b>1.858</b>	<b>31.707</b>	<b>41</b>	<b>61</b>	<b>50.779</b>	<b>-</b>	<b>85.174</b>
Adições	-	-	-	-	-	151.465	-	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	(57.269)	-	(57.978)
Depreciação	-	(155)	(2.104)	(32)	(13)	-	-	(2.304)
Baixa da depreciação	-	-	438	30	8	-	-	476
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>727</b>	<b>1.703</b>	<b>29.371</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>144.975</b>	<b>-</b>	<b>176.833</b>
Taxa média de depreciação 2022		3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2023		3,48%	4,71%	14,29%	6,25%			
	Consolidado							TOTAL
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>727</b>	<b>2.926</b>	<b>35.432</b>	<b>201</b>	<b>320</b>	<b>47.080</b>	<b>44</b>	<b>86.731</b>
Adições	-	-	-	-	-	79.851	-	79.851
Baixas	-	(1.289)	(9.591)	-	(2.272)	(76.152)	(4.581)	(93.885)
Depreciação	-	(219)	(3.047)	(160)	(45)	-	(8)	(3.479)
Baixa da depreciação	-	440	8.926	-	2.058	-	4.545	15.968
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>727</b>	<b>1.858</b>	<b>31.720</b>	<b>41</b>	<b>61</b>	<b>50.779</b>	<b>-</b>	<b>85.187</b>
Adições	-	-	-	-	-	151.465	-	151.465
Baixas	-	-	(670)	(30)	(9)	(57.269)	-	(57.978)
Depreciação	-	(155)	(2.106)	(32)	(13)	-	-	(2.306)
Baixa da depreciação	-	-	438	30	8	-	-	476
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>727</b>	<b>1.703</b>	<b>29.382</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>144.975</b>	<b>-</b>	<b>176.843</b>
Taxa média de depreciação 2022		3,42%	4,35%	14,29%	6,25%			
Taxa média de depreciação 2023		3,48%	4,71%	14,29%	6,25%			

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R\$ 176.843 (R\$ 85.187 em 31 de dezembro de 2022), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47.

As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas.

As baixas registradas no período estão vinculadas ao consumo de equipamentos dos almoxarifados para os projetos vinculados às redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, ao Ativo Contratual.

### (13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	142.549	65.125	143.137	68.021
Retenção Contratual	2.278	4.370	2.278	4.370
<b>Total</b>	<b>144.827</b>	<b>69.495</b>	<b>145.415</b>	<b>72.391</b>

O saldo de R\$ 144.827 (R\$ 69.495 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às aquisições de materiais e contratações de serviços necessários à execução das melhorias e ampliações, assim como para a execução de novas obras nas linhas de transmissão e nas subestações vinculadas à concessão. A elevação do saldo em 2023 ocorreu devido ao maior nível de investimentos realizados ao longo do exercício, principalmente, para as aquisições direcionadas ao estoque de investimento, assim como para diversas instalações, das quais cita-se as subestações PAL6, PAL9, PAL13.

### (14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	20.479	17.205	20.479	17.205
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.796	2.755	2.796	2.755
Prêmio Assiduidade	15	6	15	6
	<b>23.290</b>	<b>19.966</b>	<b>23.290</b>	<b>19.966</b>

### (15) OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	47.286	18.928	47.645	19.248
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	12.064	3.629	12.397	3.802
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>59.350</b>	<b>22.557</b>	<b>60.042</b>	<b>23.051</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4.521	1.286	4.521	1.578
Programa de integração social - PIS	1.972	1.798	2.008	1.815
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.078	8.326	9.244	8.403
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.697	7.516	3.697	7.516
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	997	890	997	890
IRRF Sobre JSCP	-	14.250	-	14.250
Outros	7.030	2.017	8.202	4.653
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>27.295</b>	<b>36.083</b>	<b>28.669</b>	<b>39.105</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>86.645</b>	<b>58.640</b>	<b>88.711</b>	<b>62.156</b>
<b>Não circulante</b>				
Outros	3.003	-	7.400	4.921
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>3.003</b>	<b>-</b>	<b>7.400</b>	<b>4.921</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>3.003</b>	<b>-</b>	<b>7.400</b>	<b>4.921</b>

### (16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Pré Fixado	242	-	(242)	1	-	(1)	-
TJLP	23.489	-	(23.556)	1.391	-	(1.324)	-
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>23.731</b>	<b>-</b>	<b>(23.798)</b>	<b>1.392</b>	<b>-</b>	<b>(1.325)</b>	<b>-</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	-	416.195	-	12.033	(9.526)	(9.649)	409.053
Marcação a mercado	-	-	-	(6.199)	-	-	(6.199)
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>416.195</b>	<b>-</b>	<b>5.834</b>	<b>(9.526)</b>	<b>(9.649)</b>	<b>402.854</b>
<b>Total</b>	<b>23.731</b>	<b>416.195</b>	<b>(23.798)</b>	<b>7.226</b>	<b>(9.526)</b>	<b>(10.974)</b>	<b>402.854</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.179</b>						<b>2.384</b>
<b>Não circulante</b>	<b>19.552</b>						<b>400.470</b>

Modalidade	Controladora					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Mensuradas ao custo</b>						
Pré Fixado	3.147	(2.900)	42	-	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	-	(1.855)	23.489
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>30.316</b>	<b>(6.732)</b>	<b>2.048</b>	<b>-</b>	<b>(1.901)</b>	<b>23.731</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>649.363</b>	<b>(583.635)</b>	<b>5.762</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(45.508)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>679.679</b>	<b>(590.367)</b>	<b>7.810</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(47.409)</b>	<b>23.731</b>
<b>Circulante</b>	<b>656.088</b>					<b>4.179</b>
<b>Não circulante</b>	<b>23.591</b>					<b>19.552</b>

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2023	31/12/2022		
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
<b>Pré fixado</b>					
FINEM	Pré fixado de 2,5%	-	242	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		-	242		
<b>Pós fixado</b>					
TJLP	TJLP + 3,05%	-	23.489	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		-	23.489		
<b>Total moeda nacional</b>		-	23.731		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	US\$ + 4,4906%	409.053	-	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		409.053	-		
<b>Marcação a mercado</b>					
		(6.199)	-		
<b>Total moeda estrangeira</b>		402.854	-		
<b>Total</b>		402.854	23.731		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2025	406.669
<b>Subtotal</b>	<b>406.669</b>
Marcação a mercado	(6.199)
<b>Total</b>	<b>400.470</b>

## Adições no exercício

Modalidade	Total		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Custo Hedge	Cláusula restritiva - covenant financeiro
	aprovado	Liberado em 2023							
Lei 4131	416.195	416.195	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,4906%	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	(a)
	<b>416.195</b>	<b>416.195</b>							

(a) CPFL Energia: ( i ) Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,75 vezes; ( ii ) EBITDA/Resultado Financeiro ≥ 2,25 vezes.

## Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

Os empréstimos e financiamentos contratados em 2023 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

### Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## (17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
CDI	1.039.251	300.000	177.291	(243.592)	1.272.950
Gastos com captação	(2.016)	(1.053)	577	-	(2.491)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.037.235</b>	<b>298.947</b>	<b>177.869</b>	<b>(243.592)</b>	<b>1.270.459</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - pós fixado</b>					
IPCA	-	450.000	6.106	-	456.106
Marcação a mercado	-	-	(1.528)	-	(1.528)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>450.000</b>	<b>4.578</b>	<b>-</b>	<b>454.578</b>
<b>Total</b>	<b>1.037.235</b>	<b>748.947</b>	<b>182.447</b>	<b>(243.592)</b>	<b>1.725.037</b>
<b>Circulante</b>	<b>78.937</b>				<b>16.047</b>
<b>Não circulante</b>	<b>958.298</b>				<b>1.708.990</b>

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos e atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>				
CDI	-	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	-	(2.199)	183	(2.016)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>957.801</b>	<b>79.434</b>	<b>1.037.235</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>			<b>78.937</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>			<b>958.298</b>

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:



Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao Custo - Pós fixado</b>					
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20%	(a) 1.272.950	1.039.251	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
<b>Gastos com Captação</b>		(2.491)	(2.016)		
		<b>1.270.459</b>	<b>1.037.235</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 6,1774%	456.106	-	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
Marcação a Mercado		(1.528)	-		
		<b>454.578</b>	<b>-</b>		
<b>Total</b>		<b>1.725.037</b>	<b>1.037.235</b>		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,48% a 1,50%

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	Controladora
2026	298.846
2027	259.686
2028	349.686
2029 a 2031	802.300
<b>Subtotal</b>	<b>1.710.518</b>
Marcação a mercado	(1.528)
<b>Total</b>	<b>1.708.990</b>

### Adições no exercício

Modalidade	Quantidade emitida	Liberado em 2023	Liberado líquido dos gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização do principal	Encargo financeiro e Taxa efetiva anual
<b>Moeda nacional</b>						
<b>IPCA</b>						
10ª Emissão - EEELA0	450.000	450.000	450.000	Semestral	Sério Única: Em 3 Parcelas anuais - out/2031, out/2032 e out/2023	IPCA + 6,1774%
<b>CDI</b>						
9ª Emissão - EEEL19	300.000	300.000	298.947	Semestral	Dezembro de 2026	CDI + 1,20%
		<b>750.000</b>	<b>748.947</b>			

Os recursos captados serão destinados para financiamento da dívida e capital de giro.

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

As debêntures captadas têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

### Índices exigidos nas Informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

## **(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

### **18.1 Características:**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

**(i) “Plano CEEEPREV”:** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Bannisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.036.919,51, dos quais R\$ 72.430.030,80 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050.105,01, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Bannisul o desbloqueio dos valores constritos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março/22 a dezembro de 2023 o valor de R\$ 92.075 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o risk sharing como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(ii) “Plano Único”:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

**(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”:** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

## 18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

Controladora				
31/12/2023				
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.869)
<b>Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço</b>	<b>487.514</b>	<b>3.405</b>	<b>1.062.494</b>	<b>1.553.413</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	-	(523.833)	(805.837)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.661</b>	<b>747.576</b>

Controladora				
31/12/2022				
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	-	(1.465.818)	(2.355.106)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.163</b>	<b>1.259.567</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	-	(495.115)	(769.336)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.048</b>	<b>490.231</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021</b>	<b>1.247.745</b>	<b>3.857</b>	<b>1.901.248</b>	<b>3.152.850</b>
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	120.105	194.817
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	-	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	-	(194.704)	(340.408)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>2.845.337</b>
Custo do serviço corrente bruto	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	-	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023</b>	<b>1.109.127</b>	<b>3.405</b>	<b>1.897.913</b>	<b>3.010.445</b>

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021</b>	<b>(951.605)</b>	<b>-</b>	<b>(1.403.182)</b>	<b>(2.354.787)</b>
Rendimento esperado no exercício	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(31)	-	(1.378)	(1.409)
Contribuições de patrocinadoras	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Benefícios pagos no exercício	145.704	-	194.704	340.408
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022</b>	<b>(889.288)</b>	<b>-</b>	<b>(1.465.112)</b>	<b>(2.354.400)</b>
Rendimento esperado no exercício	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(866)	(866)
Contribuições de patrocinadoras	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Benefícios pagos no exercício	147.778	-	208.510	356.288
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023</b>	<b>(903.617)</b>	<b>-</b>	<b>(1.359.252)</b>	<b>(2.262.869)</b>

### 18.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2021</b>	<b>296.140</b>	<b>3.857</b>	<b>498.066</b>	<b>798.063</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	45.304	58.390
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	-	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	-	(135.162)	(157.663)
Efeito <i>risk sharing</i>	(16.465)	-	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2022</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.754</b>	<b>490.937</b>
Outras contribuições	-	-	(11.756)	(11.756)
<b>Total passivo</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>280.998</b>	<b>479.181</b>
Circulante	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>280.998</b>	<b>479.181</b>
Não circulante	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>280.998</b>	<b>479.181</b>

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2022</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.754</b>	<b>490.937</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	-	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Efeito <i>risk sharing</i>	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.661</b>	<b>747.576</b>
Outras contribuições	-	-	-	6.843
<b>Total passivo</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.661</b>	<b>754.419</b>
Circulante			<b>538.661</b>	<b>754.419</b>
Não Circulante			<b>538.661</b>	<b>754.419</b>

#### 18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas a seguir:

	<b>2024</b>
CPFL Transmissão - Plano Único	35.140
CPFL Transmissão - CTP	365
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	106.106
<b>Total</b>	<b>141.611</b>

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028 a 2033</b>	<b>Total</b>
CPFL Transmissão - Plano Único	139.706	141.507	142.966	144.172	869.822	1.438.173
CPFL Transmissão - CTP	365	356	343	327	1.459	2.850
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	205.571	210.195	215.631	221.281	1.423.901	2.276.579
<b>Total</b>	<b>345.642</b>	<b>352.058</b>	<b>358.940</b>	<b>365.780</b>	<b>2.295.182</b>	<b>3.717.602</b>

#### 18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022 são como segue:

	2024 estimadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	-	-	(370)	(370)
Juros sobre obrigações atuariais	64.148	313	112.586	177.047
Rendimento esperado dos ativos do plano	(41.332)	-	(63.599)	(104.931)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>22.816</b>	<b>313</b>	<b>48.617</b>	<b>71.746</b>

	2023 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	74.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>23.948</b>	<b>338</b>	<b>29.344</b>	<b>53.630</b>

	2022 realizadas			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
Custo do serviço	(15.067)	-	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	-	(74.394)	(120.953)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>12.703</b>	<b>383</b>	<b>44.598</b>	<b>57.684</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v.2015 (****)	BR-EMSB v.2021 MF (-10) (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*\*\*\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 por sexo.

## 18.6 Ativos do plano

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2023	2022	2023	2022
<b>Renda fixa</b>	<b>72%</b>	<b>67%</b>	<b>72%</b>	<b>65%</b>
Títulos públicos federais	59%	58%	62%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	4%	1%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	3%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	3%	9%	1%
Outros investimentos de renda fixa	0%	0%	0%	0%
<b>Renda variável</b>	<b>15%</b>	<b>19%</b>	<b>14%</b>	<b>21%</b>
Fundos de investimento em ações	15%	19%	14%	21%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>8%</b>	<b>7%</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>
Fundos de participação	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	8%	7%	10%	9%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>94%</b>	<b>94%</b>	<b>97%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>-1%</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	2%	2%	-1%	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMILIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	76%	76%
Renda variável	10%	9%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	3%
Investimentos estruturados	10%	11%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### 18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.601	54.541	81.142
	+0,25 p.p.	(25.693)	(52.417)	(78.110)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(40.207)	(51.223)	(91.430)
	-1 ano	39.876	50.132	90.008

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.

\*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

\*\*\* Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

### 18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

**(19) OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				
Conta de Desenvol Energético - Quota da CDE	8.421	7.459	8.430	7.465
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	-	-	93	44
Recursos P&D	31.544	29.021	31.795	29.178
Recursos FNDCT	723	326	755	345
Recursos MME	361	318	377	328
Outras obrigações da concessão	32.299	-	32.299	-
<b>Total circulante</b>	<b>73.348</b>	<b>37.124</b>	<b>73.749</b>	<b>37.360</b>
<b>Não circulante</b>				
Recursos P&D	5.145	3.961	5.145	3.961
Subvenções investimentos	59.079	53.227	59.079	53.227
Outras obrigações da concessão	3	3	3	3
<b>Total não circulante</b>	<b>64.227</b>	<b>57.191</b>	<b>64.227</b>	<b>57.191</b>

**Outras obrigações da concessão** – o valor de R\$ 32.299 refere-se a efeitos temporários recebidos via RAP e que serão devolvidos via Parcela de Ajuste (PA) no próximo ciclo tarifário.

**(20) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	298.056	169.031	233.752	111.237	298.203	169.031	233.919	111.237
Cíveis	10.306	1.882	10.998	1.041	32.282	1.882	30.209	1.041
Fiscais	18.278	3.135	16.287	4.706	18.278	3.135	16.287	4.706
Regulatórios	-	-	-	-	-	34.772	-	32.363
<b>Total</b>	<b>326.641</b>	<b>174.047</b>	<b>261.037</b>	<b>116.984</b>	<b>348.763</b>	<b>208.819</b>	<b>280.415</b>	<b>149.347</b>
Circulante	-	-	9.321	-	-	-	9.321	-
Não Circulante	326.641	-	251.716	116.984	348.763	208.819	271.094	149.347

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.752	105.533	(61.912)	(10.150)	30.834	298.056
Cíveis	10.998	3.481	(5.398)	(759)	1.985	10.306
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
<b>Total</b>	<b>261.037</b>	<b>110.054</b>	<b>(72.174)</b>	<b>(10.916)</b>	<b>38.640</b>	<b>326.641</b>
	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.918	105.534	(61.932)	(10.150)	30.834	298.203
Cíveis	30.210	5.708	(5.398)	(759)	2.521	32.281
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
<b>Total</b>	<b>280.415</b>	<b>112.282</b>	<b>(72.194)</b>	<b>(10.916)</b>	<b>39.176</b>	<b>348.763</b>



Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	171.948	159.542	(104.221)	(13.862)	20.345	233.752
Cíveis	13.595	22.280	(23.291)	(158)	(1.428)	10.998
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.288
<b>Total</b>	<b>199.690</b>	<b>182.757</b>	<b>(128.626)</b>	<b>(14.031)</b>	<b>21.248</b>	<b>261.037</b>

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	172.076	159.587	(104.228)	(13.862)	20.345	233.918
Cíveis	30.796	25.510	(24.510)	(158)	(1.428)	30.210
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.287
<b>Total</b>	<b>217.019</b>	<b>186.032</b>	<b>(129.851)</b>	<b>(14.031)</b>	<b>21.248</b>	<b>280.415</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue:

- a) **Trabalhistas** – A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, condenações solidárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2023 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis
- b) **Cíveis** - A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos.
- c) **Tributárias** - O saldo provisionado de R\$ 18.278 (R\$ 16.287 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

No dia 12 de janeiro de 2023, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, que institui o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRFL. O PRFL permite a transação de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal com recurso pendente de julgamento no âmbito de Delegacia da Receita Federal de Julgamento – DRJ, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União. O prazo de adesão foi de 1º de fevereiro de 2023 até o dia 31 de março de 2023. A transação dos créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderia ser realizada em modalidades com ou sem entrada, e com benefícios estabelecidos a partir do seu grau de recuperabilidade.

Na Companhia, o valor total dos débitos recomendados para inclusão foi de R\$ 7.494 (todos casos de perda provável) distribuídos em 7 processos administrativos com mais de 10 anos de tramitação. Foi protocolado o pedido de adesão ao PRFL e agora está pendente de homologação por parte da Receita Federal. A expectativa é de que o valor do débito seja reduzido para 2,8 MM.

#### Perdas possíveis:

A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída.

## (21) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 21.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(144.136)	(127.392)
<b>Subtotal</b>	<b>(144.136)</b>	<b>(127.392)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(400.377)	(353.868)
<b>Subtotal</b>	<b>(400.377)</b>	<b>(353.868)</b>
<b>Total</b>	<b>(544.513)</b>	<b>(481.260)</b>

### 21.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.526	90.349	27.445	76.236
Entidade de previdência privada	(2.212)	(6.145)	(2.212)	(6.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	1.106	721	2.002
Provisão relacionada a pessoal	716	1.989	396	1.101
Derivativos	(2.379)	(6.607)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
CRC NTN B TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.979)	(19.385)	(6.602)	(18.338)
Registro de concessões - Ajuste Financeiro (IFRS / CPC)	(172.726)	(479.795)	(148.513)	(412.535)
Outros	6.520	18.111	1.372	3.811
<b>Total</b>	<b>(144.136)</b>	<b>(400.377)</b>	<b>(127.392)</b>	<b>(353.868)</b>

### 21.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

<b>Expectativa de recuperação</b>	Controladora
	2023
2024	14.752
2025	12.304
2026	12.304
2027	12.304
2028 a 2030	36.896
á partir 2031	24.575
<b>Total</b>	<b>156.610</b>

## 21.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>790.999</b>	<b>790.999</b>	<b>1.157.545</b>	<b>1.157.545</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência patrimonial	(135.923)	(135.923)	54.219	54.219
Juros sobre o capital próprio	(91.800)	(91.800)	(95.000)	(95.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.846)	(5.897)	1.838	1.951
<b>Base de cálculo</b>	<b>560.430</b>	<b>557.380</b>	<b>1.118.602</b>	<b>1.118.715</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(50.439)</b>	<b>(139.345)</b>	<b>(100.674)</b>	<b>(279.679)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	1.162	3.227	34.670	96.304
<b>Total</b>	<b>(49.277)</b>	<b>(136.118)</b>	<b>(66.005)</b>	<b>(183.374)</b>
<b>Corrente</b>	<b>(32.958)</b>	<b>(90.786)</b>	<b>(13.322)</b>	<b>(37.034)</b>
<b>Diferido</b>	<b>(16.319)</b>	<b>(45.332)</b>	<b>(52.683)</b>	<b>(146.341)</b>

## (22) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Circulante</u></b>				
Obrigações com Obras da Transmissão	-	6.134	-	6.134
Contas a Pagar Judicial	8.035	5.629	8.035	5.629
Adiantamento de Clientes	2.319	2.121	2.319	2.121
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G	4.390	4.390	4.390	4.390
Provisões Sócio Ambientais	20.214	11.399	20.214	11.399
Arrendamentos a Pagar	672	1.554	672	1.554
Outros Credores	15.309	12.245	15.770	12.623
<b>Total circulante</b>	<b>50.939</b>	<b>43.472</b>	<b>51.400</b>	<b>43.850</b>
<b><u>Não circulante</u></b>				
Provisões Sócio Ambientais	38.061	47.493	38.061	47.493
Provisão do Contrato Oneroso	-	-	23.234	53.087
Provisão para perda em investimentos	-	-	26.297	26.297
Arrendamentos a Pagar	4.528	5.200	4.528	5.200
Outros Credores	2.551	8.207	2.571	8.228
<b>Total não circulante</b>	<b>45.139</b>	<b>60.901</b>	<b>94.692</b>	<b>140.305</b>

**Provisão Socioambiental:** refere-se a licenças e obrigações socioambientais relacionadas a concessão.

**Provisão de Contrato Oneroso** - Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 da controlada TESP, apurou-se uma provisão para contrato oneroso no valor de R\$ 23.234 (R\$ 53.087 em 31 de dezembro de 2022), baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

## (23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.592.444	100
<b>Total</b>	<b>9.480.088</b>	<b>100</b>	<b>112.356</b>	<b>100</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>

## 23.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), menor do que no ano anterior, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 23.2 Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de (R\$ 17.293), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 1.627).

### 23.3 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 526.753, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 112.499; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de 59.887.

### 23.4 Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.941)	(5.049)
Perda Atuarial	(600.053)	(295.005)
	<u>(601.994)</u>	<u>(300.055)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

### 23.5 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

A Companhia está propondo para o exercício de 2023, o montante de R\$ 65.801 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 368.008 de dividendo adicional proposto.

Em 2023, foram aprovadas declarações de JCP, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme: (i) AGE de 31 de março de 2023 o montante de R\$ 24.000, (ii) AGE de 30 de junho de 2023 o montante de R\$ 24.300, (iii) AGE de 30 de setembro de 2023 o montante de R\$ 11.000 e (iiii) AGE de 29 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 32.500.

Em 2023, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 707.917.459,41 e juros sobre capital próprio R\$ 131.155.

### 23.6 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>605.604</b>
Reserva legal	(30.280)
Reserva de lucro a realizar	(49.714)
Juros sobre capital próprio	(91.800)
Dividendos mínimo Obrigatório	(65.801)
Dividendo Adicional Proposto	(368.008)

## (24) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	Controladora		
	31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	598.511	7.093	605.604
Denominador Básico			
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>
	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	897.529	10.637	908.166
Denominador Básico			
Média das Ações	9.506.875	112.356	9.619.231
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>94,41</u>	<u>94,68</u>	<u>94,41</u>

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	598.510	897.529
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	7.093	10.637
	<u>605.604</u>	<u>908.166</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.480.088	9.480.088
Ações Preferenciais	112.356	112.356
	<u>9.592.444</u>	<u>9.592.444</u>
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>63,13</u>	<u>94,68</u>

## (25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receita operacional</b>				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual (25.1)	463.621	874.031	494.387	890.890
Receita de Operação e Manutenção	709.835	537.910	722.674	545.135
Receita com construção da infraestrutura	820.269	268.757	842.891	292.416
Outras Receitas (25.2)	24.263	355.202	24.263	334.024
	<u>2.017.988</u>	<u>2.035.900</u>	<u>2.084.215</u>	<u>2.062.464</u>
<b>Deduções da Receita operacional</b>				
PIS/COFINS	(118.200)	(107.554)	(119.630)	(108.389)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(91.996)	(97.708)	(91.996)	(97.708)
Encargos Setoriais (25.3)	(35.519)	(42.095)	(36.786)	(42.874)
Outras deduções	(3.187)	(4.265)	(3.187)	(4.265)
<b>Total deduções da Receita operacional</b>	<u>(248.902)</u>	<u>(251.622)</u>	<u>(251.599)</u>	<u>(253.236)</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<u>1.769.086</u>	<u>1.784.277</u>	<u>1.832.616</u>	<u>1.809.228</u>

**25.1 Remuneração/Atualização do ativo contratual** – refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 10.

Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2023.

**25.2 Outras Receitas** – o saldo de R\$ 355.202 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP – Revisão tarifária periódica.

**25.3 Encargos Setoriais** – os encargos setoriais são previstos em lei, e definidos na regulação da ANEEL, sendo destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização do serviço de energia Elétrica (TFSE), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e demais encargos ao consumidor.



**(26) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	CONTROLADORA									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		CUSTO COM SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		DESPESAS OPERACIONAIS				TOTAL	
					GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTROS			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	-	-	(20.918)	(26.213)	-	-	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	-	-	-	(612)	-	-	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	-	-	(2.306)	(2.511)	-	-	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	-	-	230	(3.174)	-	-	(6.453)	(4.479)
Subtotal Pessoal / Administradores	(173.802)	(229.786)	-	-	(22.994)	(32.510)	-	-	(196.796)	(262.296)
Total Pessoal e Administradores	(173.802)	(229.786)	-	-	(22.994)	(32.510)	-	-	(196.796)	(262.296)
Material	(4.673)	(2.490)	-	-	(2.938)	(2.243)	-	-	(7.611)	(4.733)
Serviço de Terceiros	(16.725)	(19.452)	-	-	(56.066)	(43.140)	-	-	(72.791)	(62.592)
Custo de Construção	-	-	(582.927)	(198.376)	-	-	-	-	(582.927)	(198.376)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Despesas de Locação	1.953	1.036	-	-	(6.184)	(6.737)	-	-	(4.231)	(5.701)
Seguros	-	(419)	-	-	(409)	(4)	-	-	(409)	(423)
Tributos	-	(471)	-	-	(2.146)	(9.741)	-	-	(2.146)	(10.212)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(52.197)	(66.774)	(52.197)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	259	(5.130)	259	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303
Outros	(42)	(25)	-	-	(36)	(342)	5.775	(774)	5.697	(1.141)
<b>TOTAL</b>	<b>(193.289)</b>	<b>(251.607)</b>	<b>(582.927)</b>	<b>(198.376)</b>	<b>(90.773)</b>	<b>(94.729)</b>	<b>(53.852)</b>	<b>8.838</b>	<b>(920.841)</b>	<b>(535.874)</b>



CONSOLIDADO

	CUSTO DE OPERAÇÃO		CUSTO COM SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		DESPESAS OPERACIONAIS				TOTAL	
					GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTROS			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	-	-	(20.918)	(26.213)	-	-	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	-	-	-	(612)	-	-	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	-	-	(2.306)	(2.511)	-	-	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	-	-	203	(3.300)	-	-	(6.480)	(4.605)
Subtotal Pessoal / Administradores	(173.802)	(229.786)	-	-	(23.021)	(32.636)	-	-	(196.823)	(262.422)
<b>Total Pessoal e Administradores</b>	<b>(173.802)</b>	<b>(229.786)</b>	-	-	<b>(23.021)</b>	<b>(32.636)</b>	-	-	<b>(196.823)</b>	<b>(262.422)</b>
Material	(4.701)	(2.494)	-	-	(2.938)	(2.245)	-	-	(7.639)	(4.739)
Serviço de Terceiros	(17.859)	(23.114)	-	-	(59.603)	(45.292)	-	-	(77.462)	(68.406)
Custo de Construção	-	-	(510.057)	(240.069)	-	-	-	-	(510.057)	(240.069)
Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Despesas de Locação	1.821	1.036	-	-	(6.184)	(6.740)	-	-	(4.363)	(5.704)
Seguros	-	(419)	-	-	(615)	(229)	-	-	(615)	(648)
Tributos	-	(471)	-	-	(2.323)	(9.917)	-	-	(2.323)	(10.388)
Provisão para Contingência Trabalhista	21	-	-	-	-	-	(52.197)	(66.774)	(52.176)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	16	-	-	-	-	-	259	(5.130)	275	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	-	-	-	94.303	-	94.303
Outros	(129)	(50.393)	-	-	(37)	(342)	5.775	(774)	5.609	(51.509)
<b>TOTAL</b>	<b>(194.633)</b>	<b>(305.641)</b>	<b>(510.057)</b>	<b>(240.069)</b>	<b>(94.721)</b>	<b>(97.413)</b>	<b>(53.852)</b>	<b>8.838</b>	<b>(853.263)</b>	<b>(634.285)</b>

## (27) OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Outras Receitas</b>				
Ganho nas Alienações de Materiais	935	14.243	935	14.243
Outras	204	(1.214)	204	(1.214)
<b>Total</b>	<b>1.139</b>	<b>13.029</b>	<b>1.139</b>	<b>13.029</b>
<b>Outras Despesas</b>				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(1.311)	(17.894)	(1.311)	(17.894)
Outras	(567)	(14.397)	(567)	(2.685)
<b>Total</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(32.291)</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(20.579)</b>

## (28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	47.687	41.603	54.553	42.337
Acréscimos e multas moratórias	147	150	149	160
Atualização de depósitos judiciais	8.681	10.301	8.681	10.301
Atualizações monetárias e cambiais (28.1)	18.439	112.592	18.439	112.592
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.212)	(3.480)	(3.212)	(3.480)
Outros	2.225	11.991	4.752	15.101
<b>Total</b>	<b>73.967</b>	<b>173.157</b>	<b>83.362</b>	<b>177.011</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas (28.3)	(166.368)	(92.810)	(166.368)	(93.347)
Atualizações monetárias e cambiais (28.2)	5.158	(35.996)	2.376	(35.996)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(30.834)	(16.524)	(30.834)	(16.524)
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(5.821)	(2.298)	(5.821)	(2.298)
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	(1.985)	965	(1.985)	965
Derivativos (28.4)	(33.169)	-	(33.169)	-
Outros	(25.247)	(26.080)	(25.738)	(26.106)
<b>Total</b>	<b>(258.266)</b>	<b>(172.743)</b>	<b>(261.539)</b>	<b>(173.307)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(184.299)</b>	<b>414</b>	<b>(178.177)</b>	<b>3.704</b>

**28.1** Receitas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 18.439 (R\$ 112.592 em 31 dezembro 2022) reflexo devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022.

**28.2** Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 5.158 (R\$ 35.996, em 31 de dezembro de 2022) refere-se a despesas com derivativos, devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022.

**28.3** Despesas com encargos de dívidas no montante R\$ 166.368 (R\$ 92.810 em 31 de dezembro de 2022), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2023.

**28.4** Derivativos no montante de R\$ 33.169, aumento refere-se principalmente a novas captações de empréstimos e debêntures ocorridos em 2023.

## (29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.





As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- b) **Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento.
- c) **Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 6.842 (R\$ 4.804 em 2022). Este valor é composto por R\$ 5.629 (R\$ 3.644 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 96 (R\$ 54 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.116 de outros benefícios de longo prazo



Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

Empresas	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.109	-	4.317	3.332	7.437	-	21.036	10.158
<b>Materiais e Prestação de Serviços</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.219	235	5.261	11.089	11.816	22.270	94.639	16.481
<b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	27.625	-	-	-	-	-
<b>Disponibilização do Sistema de Transmissão</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.329	4.604	-	-	384.629	354.981	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	7	7	-	-	-	7	-	-
<b>Outras</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	94.303	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	11.465	-	-	-	-	-	8.882	-
Fundação Eletrocee	-	-	-	8.905	-	-	-	6.973

### (30) SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	391.000
Transporte	Nacional e Internacional	35.894
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	30.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	111.777
Garantia	Seguro Garantia	29.816
Outros	D&O	150.000
<b>Total</b>		<b>748.486</b>

### (31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;

- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, e acionamento das garantias fornecidas pelos clientes da CCEE quando necessário.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** A Transmissora receberá pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a Aneel revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui

uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

## (32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	263.595	263.595	374.296	374.296
Investimentos em Títulos do Governo	6	(a)	Nível 1	63.131	63.131	88.352	88.352
Derivativos	32	(a)	Nível 2	39.131	39.131	39.131	39.131
				<u>365.857</u>	<u>365.857</u>	<u>501.779</u>	<u>501.779</u>
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2 (***)	402.854	402.854	402.854	402.854
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.270.459	1.263.748	1.270.459	1.263.748
Debêntures - principal e encargos(**)	17	(a)	Nível 2	454.578	454.578	454.578	454.578
Derivativos	32	(a)	Nível 2	20.430	20.430	20.430	20.430
TOTAL				<u>2.148.321</u>	<u>2.141.610</u>	<u>2.148.321</u>	<u>2.141.610</u>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 7.727 em 31 de dezembro de 2023.

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

### Legenda

Categoria / Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou

Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 16 e 17.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 18). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	dez/25	416.195
	-	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	39.131	-	39.131	(1.202)	40.333	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,619%	abr/24 a out/33	450.000
	39.131	-	39.131	(1.202)	40.333				
<b>Total</b>	<b>39.131</b>	<b>(20.430)</b>	<b>18.701</b>	<b>(14.398)</b>	<b>33.099</b>				
Circulante	104	-							
Não circulante	39.027	(20.430)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	-	4.373	(18.771)	(14.398)
Marcação a mercado	-	33.099	-	33.099
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>37.472</b>	<b>(18.771)</b>	<b>18.701</b>
<b>Ativo - circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104</b>
<b>Ativo - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.027</b>
<b>Passivo - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(20.430)</b>

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<u>Risco protegido / operação</u>	<u>Ganho (Perda) no resultado</u>	
	<u>2023</u>	
Varição de taxas de juros		(7.234)
Marcação a mercado		6.199
Varição cambial		40.333
Marcação a mercado		1.528
		<b>40.826</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Controladora					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(402.854)		(16.759)	88.144	193.048
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	411.732		17.129	(90.087)	(197.302)
	<b>8.878</b>	baixa dolar	<b>370</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(4.254)</b>
<b>Total</b>	<b>8.878</b>		<b>370</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(4.254)</b>
Efeitos no resultado do período			370	(1.943)	(4.254)

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:



Consolidado					Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário Provável (a)	Cenário Provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	88.352				3.083	8.071	5.381
Instrumentos financeiros passivo	(456.106)				(15.918)	(41.666)	(27.777)
Derivativos - swap plain vanilla	516.296				18.019	47.164	31.443
	<b>148.542</b>	baixa IPCA	4,62%	3,49%	<b>5.184</b>	<b>13.569</b>	<b>9.046</b>
Instrumentos financeiros passivo	(1.272.950)				(128.695)	(160.869)	(193.043)
Derivativos - swap plain vanilla	(909.327)				(91.933)	(114.916)	(137.900)
	<b>(2.182.277)</b>	alta CDI	11,65%	10,11%	<b>(220.628)</b>	<b>(275.785)</b>	<b>(330.942)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.033.736)</b>				<b>(215.444)</b>	<b>(262.216)</b>	<b>(321.896)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(215.444)</b>	<b>(262.216)</b>	<b>(321.896)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## e) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

### Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 34.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.



31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	141.677	301	625	693	2	1.528	144.827
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	-	47.550	446.856	-	-	494.405
Derivativos	32	-	-	-	20.430	-	-	20.430
Derivativos - juros	-	-	-	-	20.430	-	-	20.430
Debêntures - principal e encargos	17	-	26.207	139.005	628.426	836.640	995.487	2.625.765
Obrigação da Concessão	19	9.329	-	32.474	-	-	-	41.804
Outros	22	560	-	-	-	-	-	560
Concessionárias	-	560	-	-	-	-	-	560
<b>Total</b>		<b>151.566</b>	<b>26.508</b>	<b>219.654</b>	<b>1.096.405</b>	<b>836.642</b>	<b>997.015</b>	<b>3.327.791</b>

### (33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção de infraestrutura	6	426.031	395.092	29.345	462	850.930
Fornecedores de materiais e serviços	6	111.931	74.413	27.499	58	213.901
<b>Total</b>		<b>537.962</b>	<b>469.505</b>	<b>56.845</b>	<b>520</b>	<b>1.064.832</b>

### (34) ASSUNTOS REGULATÓRIOS

#### 34.1 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

A REH nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(\*\*) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), nº 003/2013 - CPFL TRANSMISSÃO (Piracicaba), nº 006/2015 – MORRO AGUDO, nº 020/2018 – MARACANAÚ, nº 005/2019 - CPFL SUL I e nº 011/2019 - CPFL SUL II e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT			Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC			
055/2001	731.897	155.876	-	157.222	77.025	-	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	-	-	21.435	-	-	-	-446	20.989	21.733
001/2011	-	-	34.413	-	-	2.818	-6.026	31.204	24.009
003/2013	-	-	12.356	-	-	3.073	-255	15.173	14.137
006/2015	-	-	16.252	-	-	2.807	-392	18.667	17.531



020/2018	-	-	9.372	-	-	1.287	-193	10.466	10.362
005/2019	-	-	34.856	-	-	-	-682	34.174	-
011/2019	-	-	40.967	-	-	2.220	-2.414	40.772	-
	<b>731.897</b>	<b>155.876</b>	<b>169.651</b>	<b>157.222</b>	<b>77.025</b>	<b>12.203</b>	<b>-63.576</b>	<b>1.240.300</b>	<b>1.005.103</b>

(\*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

### 34.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T) e, adiou parcialmente o escopo da RTP de 2023 da RAP das concessionárias de transmissão licitadas, exclusivamente no que se refere aos Reforços e Melhorias, afetando o contrato nº 003/2013 da CPFL Piracicaba.

Em 13 de junho de 2023 foi publicada a REH nº 3.205/2023 que homologou o resultado parcial da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Em consonância com o DSP 402/2023, foi realizada a revisão da RAP ofertada no Leilão do contrato nº 003/2013, CPFL-T Piracicaba, através do recálculo do Custo de Capital de Terceiros ( $r_p$ ). O índice de reposicionamento do contrato nº 003/2013 alcançou **+7,87%**. Entretanto, este índice não foi aplicado no reajuste tarifário das transmissoras em 2023 e, conforme DSP ANEEL nº 4.675/2023, será incluído no reajuste do ciclo 2024/2025 com efeitos retroativos.

#### Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita de R\$ 10.739.259,16 (dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

#### Contrato de Concessão nº 001/2011- TESB

Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R\$ 43.161.248,90 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

### 34.3 Parcela Variável Descontada

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração realizada pelo ONS, referente ao ano de 2023, a Companhia alcançou a sexta melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 1,223% da Receita Anual Permitida (RAP).

## (35) EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 28 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua controladora direta CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Cone Sul"), uma empresa limitada de capital fechado. A incorporação foi aprovada pelos acionistas das duas sociedades em assembleias gerais extraordinárias realizadas no mesmo dia, e teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo CPFL Energia, gerando sinergias operacionais e administrativas. A incorporação não teve efeito sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.



---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Karin Regina Luchesi**

Presidente

**André Luiz Gomes da Silva**

**Bruno Augusto Pereira Rovea**

**Futao Huang**

**Xinjian Chen**

Conselheiros

---

**DIRETORIA**

---

**André Luiz Gomes da Silva**

Diretor Presidente

**Celso Guimarães Filho**

Diretor de Operações

**YUEHUI PAN**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**José Alexandre Almeida Serra**

Diretor de Engenharia

**Fu Li**

Diretor Presidente Adjunto

---

**CONTABILIDADE**

---

**Ricardo Fernando Ferreira**

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

---

---

---

***Companhia Estadual de  
Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T***  
***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

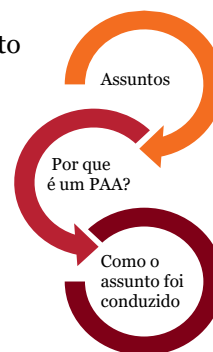
### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/ atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)

O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de sua controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (“RAP”) nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.



Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

---

**Porque é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em  
nossa auditoria**

---

---

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.





Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5





## SUMÁRIO

Relatório de Administração Regulatório	03
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais Regulatórios	16
Demonstração dos Resultados Regulatórios	17
Demonstração dos Resultados Abrangentes Regulatórios	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatório	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	20
Notas Explicativas	
Notas Explicativas Regulatórias	21
Parecer dos Auditores Independentes	48
Termo de Responsabilidade	55

COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

CNPJ Nº 92.715.812/0001-31

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (1)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		263.595	215.857
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4	137.052	113.166
Tributos Compensáveis		30.928	47.483
Almoarifado Operacional		28.130	39.640
Investimentos Temporários		63.131	46.744
Despesas Pagas Antecipadamente		4.189	2.356
Instrumentos Financeiros Derivativos		104	-
Outros Ativos Circulantes		76.656	55.584
		<b>603.785</b>	<b>520.830</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos Compensáveis		-	16.242
Depósitos Judiciais e Cauções		174.047	116.984
Tributos Diferidos	7	178.819	146.882
Despesas Pagas Antecipadamente		101	-
Participações Societárias		409.547	186.077
Outros Ativos Não Circulantes		2.789	139.431
Imobilizado	5	2.221.562	1.661.229
Intangível	5.2	72.787	78.788
Instrumentos Financeiros Derivativos		39.027	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		385	385
		<b>3.099.064</b>	<b>2.346.018</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.702.849</b>	<b>2.866.848</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		144.827	69.495
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	18.431	83.116
Provisão para Benefícios a Empregados	8	82.977	70.355
Obrigações Sociais e Trabalhistas		23.290	19.966
Tributos	7	86.645	58.640
Provisão para Litígios		-	9.321
Encargos Setoriais		41.049	37.124
Outros Passivos Circulantes		50.267	41.918
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		106.617	227.069
		<b>554.103</b>	<b>617.004</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6	2.109.460	977.851
Tributos		3.003	-
Provisão para Benefícios a Empregados		664.599	408.023
Provisão para Litígios	8	326.641	251.716
Encargos Setoriais		5.145	3.961
Obrigações Vinculadas a Concessão	9	80.003	75.895
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.430	-
Outros Passivos Não Circulantes		40.612	55.700
		<b>3.249.893</b>	<b>1.773.146</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social		981.343	981.343
Reservas de Capital		(18.223)	(17.268)
Reservas de Lucro		252.380	172.386
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		(930.014)	(930.014)
Proposta Distribuição De Dividendos Adicionais		368.008	572.931
Outros Resultados Abrangentes		(158.350)	182.145
Prejuízo Acumulado		(596.290)	(484.825)
		<b>(101.146)</b>	<b>476.698</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.702.849</b>	<b>2.866.848</b>

(1) Veja nota explicativa 2.5.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**CNPJ Nº 92.715.812/0001-31**  
**Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
<b>Receita/Ingresso</b>	11	<b>1.302.592</b>	<b>1.172.505</b>
Disponibilização do Sistema de Transmissão		1.302.592	1.172.505
<b>Tributos</b>	11	<b>(119.454)</b>	<b>(107.554)</b>
PIS		(21.353)	(19.185)
COFINS		(98.101)	(88.369)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	11	<b>(127.516)</b>	<b>(139.804)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(10.556)	(9.251)
Reserva Global de Reversão - RGR		606	(812)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(91.996)	(97.708)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(3.971)	(3.504)
Outros Encargos		(21.598)	(28.528)
<b>RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO</b>		<b>1.055.622</b>	<b>925.147</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>1.055.622</b>	<b>925.147</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(423.608)</b>	<b>(537.569)</b>
Pessoal e Administradores	12	(196.963)	(262.620)
Material		(7.611)	(4.732)
Serviços de Terceiros		(72.791)	(62.592)
Arrendamento e Aluguéis		(6.184)	(9.793)
Seguros		(409)	(422)
Provisões		(23.389)	(50.368)
Contribuições e Subvenções		-	(12)
( - ) Recuperação de Despesas		232	481
Tributos		(2.146)	(10.212)
Depreciação e Amortização		(98.368)	(101.103)
Gastos Diversos		(30.071)	(42.433)
Outras Receitas Operacionais		22.132	42.118
Outras Despesas Operacionais		(8.039)	(35.879)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>632.015</b>	<b>387.579</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>		<b>97.665</b>	<b>26.749</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(183.890)</b>	<b>727</b>
Despesas Financeiras		(257.858)	(172.429)
Receitas Financeiras		73.967	173.156
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>545.789</b>	<b>415.055</b>
Impostos sobre o Lucro		(90.206)	(34.609)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OPERAÇÃO CONTINUADA (Transmissão)</b>		<b>455.583</b>	<b>380.446</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>455.583</b>	<b>380.446</b>
<b>Lucro por Ação</b>			
<b>Básico - Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias</b>		<b>47,49</b>	<b>39,98</b>
<b>Diluído - Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias</b>		<b>47,49</b>	<b>39,98</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias



**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T**  
**CNPJ Nº 92.715.812/0001-31**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Lucro	Reserva de Dividendo Não Distribuído	Dividendo	Lucros / Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>981.343</b>	<b>-</b>	<b>488.749</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(76.627)</b>	<b>1.393.465</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	-	380.446	-	380.446
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	(5.371)	(5.371)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.826	1.826
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	305.212	305.212
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>301.667</b>	<b>301.667</b>
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	42.895	(42.895)	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	59.887	-	-	(59.887)	-	59.887
Constituição da Reserva Legal	-	-	45.408	-	-	(45.408)	-	45.408
Transferência de saldos de reserva fiscal	-	-	(421.658)	421.658	-	-	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(1.602)	-	-	-	-	-	(1.602)
Resgate compulsório de ações	-	(15.666)	-	-	-	-	-	(15.666)
Dividendo distribuído	-	-	-	(1.221.174)	-	-	-	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	-	-	-	-	-	(95.000)	-	(95.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	572.931	(572.931)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(134.939)	-	(134.939)
Reversão de adiantamento de dividendos	-	-	-	(130.499)	-	-	-	(130.499)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>981.343</b>	<b>(17.268)</b>	<b>172.386</b>	<b>(930.014)</b>	<b>572.931</b>	<b>(484.825)</b>	<b>182.145</b>	<b>476.698</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	-	455.583	-	455.583
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	4.710	4.710
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.601)	(1.601)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	-	-	(305.048)	(305.048)
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(301.940)</b>	<b>(301.940)</b>
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	38.555	(38.555)	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	49.714	-	-	(49.714)	-	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	30.280	-	-	(30.280)	-	-
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(956)	-	-	-	-	-	(956)
Dividendo distribuído	-	-	-	-	(572.931)	-	-	(572.931)
Juros sobre capital próprio - AGE 31/03/23, 30/06/23, 30/09/23 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	(91.800)	-	(91.800)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	368.008	(368.008)	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(65.800)	-	(65.800)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>981.343</b>	<b>(18.223)</b>	<b>252.381</b>	<b>(930.014)</b>	<b>368.008</b>	<b>(596.290)</b>	<b>(158.350)</b>	<b>(101.146)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T

CNPJ Nº 92.715.812/0001-31

## Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>455.583</b>	<b>380.446</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Variações Monetárias, Cambiais e Encargos de Dívidas	218.856	70.901
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	98.368	101.104
Resultado de Equivalência Patrimonial	104.665	2.819
Provisão Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	37.881	54.131
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.534)	3.438
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90.206	32.783
Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	86.119	62.551
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	(11.458)
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(5.874)	(7.465)
Outras	55.478	57.684
<b>Aumento de Ativos</b>	<b>(257.395)</b>	<b>(4.827)</b>
Concessionárias e Permissionárias	(20.132)	(19.090)
Tributos a Recuperar	34.022	(42.009)
Almoxarifado Operacional	11.510	(6.188)
Depósitos Judiciais	(57.063)	(44.651)
Outros Créditos a Receber	(225.732)	107.110
<b>Redução de Passivos</b>	<b>(112.035)</b>	<b>(124.207)</b>
Fornecedores	75.332	39.503
Obrigações Trabalhistas	3.324	(30.833)
Obrigações Fiscais	(45.334)	12.023
Provisão para Benefícios a Empregados	(89.470)	(82.456)
Obrigações da Concessão	12.025	(3.313)
Outros Passivos	(6.740)	8.448
IRPJ e CSSL Pagos	(61.172)	(67.579)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>768.317</b>	<b>617.900</b>
Encargos de Dívidas Pagos	(254.566)	(47.409)
Pagamento de contingências judiciais	(10.916)	(14.031)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(265.482)</b>	<b>(61.441)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(Aumento) Redução de Investimentos	3.453	54.214
Dividendos Recebidos	803	3.557
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(741.674)	(267.673)
Intangível	(1.178)	(40)
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	(5.700)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(738.596)</b>	<b>(215.642)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	1.165.142	957.801
Pagamento de dividendos e Juros sobre Capital próprio	(839.072)	(1.218.652)
Liquidação de Operações com Derivativos	(18.771)	-
Pagamento resgate compulsório de ações	-	(15.666)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(23.798)	(590.367)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>283.500</b>	<b>(866.884)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	215.857	741.923
No fim do exercício	263.595	215.857
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>47.738</b>	<b>(526.066)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória

## Relatório da Administração Demonstrações Contábeis Regulatórias

### Introdução

Apresentamos a seguir relatório das principais atividades no **exercício de 2023**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia” ou “Concessionária”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### Considerações Iniciais

A CPFL Transmissão tem o objetivo principal de atuar na operação da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, sendo sua atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2023, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuam.

A CPFL Transmissão atua no segmento transmissão de energia elétrica, através dos contratos de concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e nº 4/2021-ANEEL. A Companhia possui, equipamentos sob sua concessão distribuídos em 73 subestações. Todas estão situadas no Estado do Rio Grande do Sul, com potência instalada de 10.945 MVA. A Companhia opera 5.943 km de extensão de linhas de transmissão em tensões de 230 kV, 138 kV e 69 kV, além de ter participação em outros em 3 empreendimentos.

A CPFL Transmissão recebe pela prestação do serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social – PIS, ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A RAP é reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, e revisada, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos.

A seguir temos tabelas demonstrando as características operacionais e financeiras das linhas de transmissão, subestações e controladas.



### Linhas de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Físicas						
Instalação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de operação Comercial	Vencimento de Outorga
Integral			5.937	10.596		
LT 138kV ALEGRETE ELETROSUL/SANTA MARIA3	CS	138	190,8		19/05/2016	01/01/2043
LT 138kV CACHOEIRINHA1/TAQUARA C1	CS	138	42,6		30/12/1966	01/01/2043
LT 138kV CANOAS3/CIDADE INDUSTRIAL C1	CS	138	4		27/03/2013	01/01/2043
LT 138kV CIDADE INDUSTRIAL/SCHARLAU C1	CD	138	24,8		30/03/1963	01/01/2043
LT 138kV CIDADE INDUSTRIAL/SCHARLAU C2	CD	138	23,7		30/03/1963	01/01/2043
LT 138kV CACHOEIRINHA1/CANOAS3 C1	CS	138	8		27/03/2013	01/01/2043
LT 138kV LAGOA VERMELHA1 / PASSO FUNDO 1	CS	138	83,3		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV LAGOA VERMELHA2/VACARIA C1	CS	138	65,9		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV OSÓRIO2/TAQUARA C1 - R. SANTO ANTÔNIO	CS	138	55,5		30/12/1966	01/01/2043
LT 138kV PASSO FUNDO 1/SANTA MARTA C1	CS	138	11,7		28/02/1979	01/01/2043
LT 138kV ERECHIM1/PASSO FUNDO ELETROSUL C1	CS	138	45,7		30/10/1973	01/01/2043
LT 138kV SANTA MARIA1/SANTA MARIA3 C1	CS	138	9,9		19/05/2016	01/01/2043
LT 138kV TAQUARA/UHE CANASTRA C1	CS	138	31,2		14/03/2017	01/01/2043
LT 138kV CRUZ ALTA1/UHE JACUÍ C1	CS	138	65,9		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV J. CASTILHOS/UHE JACUÍ C1	CS	138	35		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV J. CASTILHOS/SANTA MARIA1 C1	CS	138	52		30/08/1962	01/01/2043
LT 138kV UHE JACUÍ/UHE PASSO REAL C1	CD	138	7,9		30/06/1968	01/01/2043
LT 138kV UHE JACUÍ/UHE PASSO REAL C2	CD	138	7,9		30/06/1968	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/LIVRAMENTO 02 C1	CS	230	127,8		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/MAÇAMBARÁ C1	CS	230	82,8		10/12/1984	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/SÃO VICENTE C1	CS	230	101,9		25/06/2015	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/URUGUAIAN A5 C1	CS	230	127		18/12/1983	01/01/2043
LT 230kV ALEGRETE2/UTE URUGUAIANA C1	CS	230	129,2		18/03/2000	15/11/2053
LT 230kV BAGÉ2/LIVRAMENTO 02 C1	CS	230	151,5		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ3/GUAÍBA2 C1	CS	230	87,8		09/12/2014	01/01/2043

LT 230kV CAMAQUÃ3/PELOTAS3 C1	CS	230	123,3		09/12/2014	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ/GUAÍBA2 C1	CS	230	89,6		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS DO SUL2/FARROUPILHA ELETROSUL	CS	230	22,5		30/12/1977	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS6/CAXIAS ELETROSUL C1	CS	230	19,4		29/05/2013	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS ELETROSUL/FARROUPILH A ELETROSUL C1	CD	230	21,3		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS ELETROSUL/FARROUPILH A ELETROSUL C2	CD	230	21,3		13/01/1985	01/01/2043
LT 230kV CAXIAS ESUL/NOVA PETRÓPOLIS2 C1	CS	230	22,9		29/05/2013	01/01/2043
LT 230kV CAMPO BOM/CAXIAS ELETROSUL C1	CD	230	59,8		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CAMPO BOM/CAXIAS ELETROSUL C2	CD	230	59,8		13/01/1985	01/01/2043
LT 230kV CAMPO BOM/GRAVATAÍ2 C1	CD	230	22,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CAMPO BOM/GRAVATAÍ2 C2	CD	230	22,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CHARQUEADAS ELETROSUL/SCHARLAU	CS	230	67,5		30/10/1978	01/01/2043
LT 230kV CHARQUEADAS ELETROSUL/SANTA CRUZ	CS	230	127,1		30/07/1981	01/01/2043
LT 230kV COMPLEXO IND. AUT. GRAVATAÍ/GRAVATAÍ 3	CS	230	11,6		16/12/2007	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/CHARQUEA DAS ELETROSUL	CS	230	49,6		31/03/1982	01/01/2043
LT 230kV CANOAS2/CIDADE INDUSTRIAL C1	CS	230	8,3		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATAÍ2 C2	CT	230	12,6		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATAÍ2 C3	CT	230	12,7		10/02/1985	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/GRAVATAÍ2 C4	CT	230	12,7		10/02/1985	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/GUAÍBA2 C1	CS	230	38,2		29/01/2012	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C1	CT	230	21,9		09/12/1982	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C2	CT	230	21,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/NOVA SANTA RITA C3	CT	230	21,5		30/07/1973	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/PORTO ALEGRE9	CS	230	15,8		30/12/1971	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/PÓLO PETROQUÍMICO	CS	230	23,5		30/12/1981	01/01/2043
LT 230kV CIDADE INDUSTRIAL/VENÂNCIO AIRES	CS	230	99,9		30/08/1974	01/01/2043

LT 230kV CANOAS1/CIDADE INDUSTRIAL	CS	230	13,6		16/11/2017	01/01/2043
LT 230kV CANOAS1/PORTO ALEGRE9	CS	230	3,5		16/11/2017	01/01/2043
LT 230kV CANOAS2/GRAVATAÍ2 C1	CS	230	10,7		11/09/1982	01/01/2043
LT 230kV CASTERTECH/CAXIAS DO SUL2 C1	CS	230	1,7		14/04/2003	01/01/2043
LT 230kV CASTERTECH/CAXIAS6 C1	CS	230	4,2		29/05/2013	01/01/2043
LT 230kV ELDORADO DO SUL/GUAÍBA2	CS	230	14,7		30/04/2018	01/01/2043
LT 230kV ELDORADO DO SUL/PORTO ALEGRE9	CS	230	26,6		30/04/2018	01/01/2043
LT 230kV FARROUPILHA ELETROSUL/GARIBALDI	CS	230	21,2		17/08/2000	01/01/2043
LT 230kV FARROUPILHA ELETROSUL/SCHARLAU	CS	230	65,3		30/10/1978	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/GRAVATAÍ3 C1	CD	230	13,1		30/11/2007	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/GRAVATAÍ3 C2	CD	230	13,1		30/03/2010	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE6 C1	CD	230	29,2		13/01/1985	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE6 C2	CD	230	29,2		13/01/1985	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/PORTO ALEGRE8 C1	CS	230	18		08/06/2008	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/VIAMÃO3 C1	CS	230	20,5		20/12/2016	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ3/OSÓRIO2 - RAMAL FIBRAPLAC	CS	230	72,1		30/03/2010	01/01/2043
LT 230kV GUARITA/SANTA ROSA1 C1	CS	230	93		30/04/1980	01/01/2043
LT 230kV IJUÍ2/SANTO ÂNGELO2 C1	CS	230	43,2		02/05/2013	01/01/2043
LT 230kV IJUÍ2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	104		02/05/2013	01/01/2043
LT 230kV LAJEADO2/NOVA SANTA RITA C1	CS	230	96,9		30/07/1973	01/01/2043
LT 230kV LAJEADO2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	141,7		30/07/1973	01/01/2043
LT 230kV MAÇAMBARÁ/SÃO BORJA2 C1	CS	230	53,6		12/12/1982	01/01/2043
LT 230kV MISSÕES/SÃO BORJA2 C1	CS	230	111,8		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV MISSÕES/SANTO ÂNGELO ELETROSUL	CS	230	64,3		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV NOVA PETRÓPOLIS2/TAQUARA C1	CS	230	41,7		29/05/2013	01/01/2043
LT 230kV NOVA SANTA RITA/PÓLO PETROQUÍMICO	CS	230	22,6		09/12/1982	01/01/2043

LT 230kV CANDELÁRIA2/UHE ITAÚBA C1	CS	230	64,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230kV CANDELÁRIA2/NOVA SANTA RITA C1	CS	230	157,9		30/09/1978	01/01/2043
LT 230kV OSÓRIO2/TAQUARA C1	CS	230	56,9		04/08/2003	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE4/PORTO ALEGRE10 C1	CS	230	3,5		30/12/1974	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE6/PORTO ALEGRE13 C1	CS	230	9,6		30/01/1972	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE4/PORTO ALEGRE6 C1	CS	230	10,3		30/12/1974	01/01/2043
LT 230kV PORTO ALEGRE6/VIAMÃO3 C1	CS	230	8,9		20/12/2016	01/01/2043
LT 230kV PELOTAS 3/QUINTA C1	CS	230	43,7		29/01/1983	01/01/2043
LT 230kV PELOTAS 3/UTE PRESIDENTE MÉDICI	CS	230	127,1		01/05/2005	01/01/2043
LT 230kV GUARITA/PASSO FUNDO ELETROSUL	CS	230	87,1		20/01/1983	01/01/2043
LT 230kV PASSO FUNDO ELETROSUL/SANTA MARTA	CS	230	96		30/05/1978	01/01/2043
LT 230kV QUINTA/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	153,1		13/12/1974	01/01/2043
LT 230kV RESTINGA/VIAMÃO3 C1 [TESB]	CS	230	17,2		06/12/2018	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARIA3/SÃO VICENTE C1	CS	230	83,7		25/06/2015	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARIA3/UHE DONA FRANCISCA	CS	230	66,9		30/07/1979	01/01/2043
LT 230kV SANTA MARTA/TAPERA2 C1	CS	230	60,5		30/08/1963	01/01/2043
LT 230kV SANTO ÂNGELO2/SANTO ÂNGELO ELETROSUL	CS	230	5,6		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV SANTA ROSA1/SANTO ÂNGELO ELETROSUL C1	CS	230	50,2		19/12/1999	01/01/2043
LT 230kV UHE DONA FRANCISCA/UHE ITAÚBA C1	CD	230	23,1		30/07/1979	01/01/2043
LT 230kV UHE DONA FRANCISCA/UHE ITAÚBA C2	CD	230	23,1		02/10/2005	01/01/2043
LT 230kV PÓLO PETROQUÍMICO/UHE ITAÚBA C1	CS	230	201		09/12/1982	01/01/2043
LT 230kV SANTA CRUZ1/UHE ITAÚBA C1	CS	230	127,5		30/07/1981	01/01/2043
LT 230kV UHE ITAÚBA/UHE PASSO REAL C1	CS	230	30,3		30/09/1978	01/01/2043
LT 230kV BAGÉ2/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	50,8		22/12/1985	01/01/2043
LT 230kV CAMAQUÃ/UTE PRESIDENTE MÉDICI C1	CS	230	196		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV TAPERA2/UHE PASSO REAL C1	CS	230	58		30/08/1963	01/01/2043
LT 230kV UHE PASSO REAL/VENÂNCIO AIRES C1	CS	230	136,6		30/08/1974	01/01/2043
LT 230kV URUGUAIANA5/UTE URUGUAIANA C1	CS	230	5,1		22/12/1999	15/11/2053

LT 230kV JD BOTÂNICO/PORTO ALEGRE10 C1	CS	230	5,4		19/03/2019	01/01/2043
LT 230kV GRAVATAÍ2/JARDIM BOTÂNICO C1	CS	230	35,1		19/03/2019	01/01/2043
LT 69kV ALEGRETE2/ALEGRETE ELETROSUL C1	CS	69	4,6		30/12/1981	01/01/2043
LT 69kV CRUZ ALTA1/IJUÍ1 C1	CS	69	38,1		30/09/1962	01/01/2043
LT 69kV CRUZ ALTA1/PANAMBI C1	CS	69	39,6		30/07/1968	01/01/2043
LT 69kV CHARQUEADAS ELETROSUL/TRIUNFO C1	CS	69	15		30/12/1954	01/01/2043
LT 69kV IJUÍ1/SANTO ÂNGELO1 C1	CS	69	34		30/04/1963	01/01/2043
LT 69kV LAJEADO1/LAJEADO2 C1	CD	69	3,9		22/05/1994	01/01/2043
LT 69kV LAJEADO1/LAJEADO2 C2	CD	69	3,9		22/05/1994	01/01/2043
LT 69kV SANTO ÂNGELO1/SANTO ÂNGELO2 C1	CD	69	8,5		27/09/1992	01/01/2043
LT 69kV SANTO ÂNGELO1/SANTO ÂNGELO2 C2	CD	69	12,8		27/09/1992	01/01/2043
LT 69kV CHARQUEADAS ELETROSUL/SÃO JERÔNIMO C1	CS	69	12,4		30/06/1962	01/01/2043
LT 69kV SÃO JERÔNIMO ELETROSUL/TRIUNFO C1	CS	69	4,2		30/12/1954	01/01/2043
LT 69kV CARAZINHO/SANTA MARTA C1	CS	69	41,4		30/07/1980	01/01/2043
LT 69kV UHE BUGRES/UHE CANASTRA C1	CS	69	7,6		30/12/1952	01/01/2043
SE ALEGRETE 2		230		166	13/12/1981	01/01/2043
SE BAGE 2		230		200	01/08/1988	01/01/2043
SE BUGRES		69		27,25	16/09/1952	01/01/2043
SE C.INDUSTRIAL		230		400	07/07/1973	01/01/2043
SE CACHOEIRINHA 1		138		92	01/01/1956	01/01/2043
SE CAMAQUA		230		216	03/08/1975	01/01/2043
SE CAMPO BOM		230		349	27/07/1985	01/01/2043
SE CANASTRA		138		85,25	15/12/1956	01/01/2043
SE CANOAS 1		230		100	26/07/1998	01/01/2043
SE CANOAS 2		230		0	17/08/2002	01/01/2043
SE CANOAS 3 1		138		0	30/01/2011	01/01/2043
SE CAXIAS 2		230		0	03/03/2002	01/01/2043
SE CAXIAS SUL 2		230		207	01/05/1988	01/01/2043
SE CAXIAS SUL 5		230		50	18/07/1998	01/01/2043
SE CRUZ ALTA 1		138		116	01/01/1950	01/01/2043

SE EL DORADO SUL	230		50	28/12/1989	01/01/2043
SE EREXIM 1	138		108	28/06/1973	01/01/2043
SE FARROUPILHA 1	69		25	01/10/1967	01/01/2043
SE FIBRAPLAC	230		0	15/06/2003	01/01/2043
SE GARIBALDI 1	230		330	06/08/2000	01/01/2043
SE GRAVATAI 2	230		380	11/09/1982	01/01/2043
SE GRAVATAI 3 2	230		0	16/12/2007	01/01/2043
SE GUAIBA 2	230		150	19/10/1997	01/01/2043
SE GUARITA	230		274	01/05/1977	01/01/2043
SE IJUI	69		50	01/01/1962	01/01/2043
SE ITAUBA	230		0	19/01/1977	01/01/2043
SE JACUI	138		25	01/10/1967	01/01/2043
SE LAJEADO 2	230		299	26/03/1995	01/01/2043
SE LIVRAMENTO 2	230		100	08/12/1993	01/01/2043
SE MACAMBARA	230		299	04/12/1983	01/01/2043
SE MISSOES 2	230		0	11/06/2010	01/01/2043
SE NOVA PRATA 2	230		200	08/11/1992	01/01/2043
SE NOVA STA RITA 2	230		0	02/04/2006	01/01/2043
SE OSORIO 2	230		303	24/09/1995	01/01/2043
SE P.PETROQUIMIC	230		100	18/01/1982	01/01/2043
SE PANAMBI	69		25	01/01/1970	01/01/2043
SE PASSO REAL	230		300	29/12/1975	01/01/2043
SE PELOTAS 3	230		299	12/01/1986	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 10	230		266	30/08/1984	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 13	230		100	31/01/1972	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 6	230		247,25	24/10/1975	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 8	230		249	08/06/2008	01/01/2043
SE PORTO ALEGRE 9	230		390	20/04/1980	01/01/2043
SE PRE.MEDICI	230		216,5	05/03/1974	01/01/2043
SE QUINTA	230		505	13/01/1976	01/01/2043
SE S.VICENTE SUL	230		175	13/11/1969	01/01/2043
SE SANTA CRUZ 1	230		349	02/12/1962	01/01/2043
SE SANTA MARIA 1	138		98	25/10/1962	01/01/2043
SE SANTA MARIA 3	230		249	20/01/1990	01/01/2043
SE SANTA MARTA	230		361,5	25/01/1962	01/01/2043
SE SANTA ROSA 1	230		299	30/01/1983	01/01/2043
SE SANTO ANGELO 2	230		216	24/09/1992	01/01/2043
SE SAO BORJA 2	230		200	22/11/1987	01/01/2043
SE SCHARLAU	230		235	01/01/1954	01/01/2043
SE TAPERA 2 2	230		0	23/03/2005	01/01/2043
SE TAQUARA	230		342	01/09/1970	01/01/2043
SE U.D.FRANCISCA	230		0	21/01/2001	01/01/2043
SE URUGUAIANA 5	230		249	18/12/1983	01/01/2043
SE V.AIRES	230		191	24/10/1975	01/01/2043
SE JÚLIO DE CASTILHOS	138		0	08/03/2021	01/01/2043

<b>Sociedade de</b>		<b>786,68</b>		<b>2244</b>	
<b>Propósito Específico</b>					
<b>ETAU - EMPRESA TRANSMISSORA DO ALTO URUGUAI S.A.</b>					
LT 230 kV BARRA	CS	230	34.63		25/07/2005 18/12/2032
LT 230 kV BARRA	CS	230	57.89		25/07/2005 18/12/2032
LT 230 kV LAGOA	CS	230	95.46		17/04/2005 18/12/2032
SE LAGOA VERMELHA 2		230		300	17/04/2005 16/04/2035
<b>TPAE - TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.</b>					
LT 230 kV PORTO	CS	230	11.3		22/11/2013 19/11/2039
SE PORTO ALEGRE 4		230		0	22/11/2013 19/11/2039
SE PORTO ALEGRE 9		230		0	22/11/2013 19/11/2039
<b>TESB - TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.</b>					
JARDIM BOTANICO		230		166	19/03/2019 27/07/2041
PORTO ALEGRE 13		230		0	11/03/2019 27/07/2041
RESTINGA		230		166	06/12/2018 27/07/2041
VIAMAO 3		230		249	04/07/2017 27/07/2041
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /JARDIM	CD	230	3,2		19/03/2019 27/07/2041
LT 230 kV RESTINGA /VIAMAO 3 RS	CS	230	17,2		06/12/2018 27/07/2041

**Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras**

Instalação	Propriedade	RAP	Ano de Degrav da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção	(R\$ x mil)	
						783.529,31	
LT 138 kV EREXIM 1 /PASSO FUNDO RS	100%	3.382,84	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /PASSO REAL RS	100%	515,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ITAUBA /PASSO REAL RS	100%	1.294,83	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV U.D.FRANCISCA/ITAUBA RS	100%	1.395,09	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 3 RS	100%	435,68	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV CANASTRA /TRES COROAS RS	100%	271,16	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV CANOAS 3 /CACHOEIRINHA 1 RS	100%	549,84	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /CRUZ ALTA 1 RS	100%	1.039,99	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JACUI /JULIO DE CASTILHOS RS	100%	1.130,72	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV JULIO DE CASTILHOS /SANTA MARIA 1 RS	100%	1.675,34	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV L. VERMELHA 1 /VACARIA RS	100%	1.771,85	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV MASSEY-SPRINGER /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	56,47	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV P.LANSUL /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	5,54	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV S. LUIZ /RL (SCHARLAU / C.INDUSTRIAL) RS	100%	4,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARIA 1 /SANTA MARIA 3 RS	100%	141,28	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARIA 3 /ALEGRETE RS	100%	3.037,80	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SANTA MARTA /L. VERMELHA 1 RS	100%	2.509,25	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV SCHARLAU /C.INDUSTRIAL RS	100%	634,43	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TAQUARA /CACHOEIRINHA 1 RS	100%	887,19	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TAQUARA /OSORIO 2 RS	100%	1.288,73	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 138 kV TRES COROAS /TAQUARA RS	100%	334,21	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /LIVRAMENTO 2 RS	100%	10.347,78	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /MACAMBARA RS	100%	6.681,01	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ALEGRETE 2 /URUGUAIANA 5 RS	100%	10.482,78	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV BAGE 2 /LIVRAMENTO 2 RS	100%	12.206,98	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 1 RS	100%	359,14	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CANOAS 2 RS	100%	844,21	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /CHARQUEADAS RS	100%	3.782,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /GRAVATAI 2 RS	100%	3.166,20	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /GUAIBA 2 RS	100%	13.796,99	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /NOVA STA RITA RS	100%	3.650,87	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /P.PETROQUIMIC RS	100%	2.091,25	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	530,93	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV C.INDUSTRIAL /V.AIRES RS	100%	2.355,88	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMAQUA /GUAIBA 2 RS	100%	2.125,91	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMAQUA 3 /PELOTAS 3 RS	100%	5.751,77	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMPO BOM /CAXIAS RS	100%	6.262,48	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAMPO BOM /GRAVATAI 2 RS	100%	2.476,76	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANDELARIA 2 /NOVA STA RITA RS	100%	8.570,08	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANOAS 1 /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	844,12	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CANOAS 2 /GRAVATAI 2 RS	100%	1.075,36	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CASTERTECH /CAXIAS SUL 6 RS	100%	89,57	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS /FARROUPILHA RS	100%	3.694,52	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS SUL 2 /CASTERTECH RS	100%	53,34	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS SUL 2 /FARROUPILHA RS	100%	940,31	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CAXIAS SUL 6 /CAXIAS RS	100%	515,51	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV CHARQUEADAS /SANTA CRUZ 1 RS	100%	10.499,92	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV ELDORADO SUL /PORTO ALEGRE 9 RS	100%	499,29	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV FARROUPILHA /SCHARLAU RS	100%	2.457,68	Não aplicável	Julho	IPCA		
LT 230 kV FIBRAPLAC /OSORIO 2 RS	100%	3.834,54	Não aplicável	Julho	IPCA		

LT 230 kV GARIBALDI 1 /FARROUPILHA RS	100%	547,80	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /GRAVATAI 3 RS	100%	2.339,84	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /JARDIM BOTANICO FIC RS	100%	3.455,61	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /PORTO ALEGRE 6 RS	100%	4.089,80	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /PORTO ALEGRE 8 RS	100%	465,12	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 2 /VIAMAO 3 RS	100%	668,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GRAVATAI 3 /FIBRAPLAC RS	100%	2.233,21	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUAIBA 2 /CAMAQUA 3 RS	100%	4.336,30	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUAIBA 2 /ELDORADO SUL RS	100%	1.051,13	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV GUARITA /SANTA ROSA 1 RS	100%	3.522,34	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV IJUI 2 /SANTO ANGELO 2 RS	100%	3.474,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /CANDELARIA 2 RS	100%	3.473,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /P.PETROQUIMIC RS	100%	16.225,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV ITAUBA /SANTA CRUZ 1 RS	100%	10.497,00	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /PORTO ALEGRE 10 RS	100%	203,72	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV LAJEADO 2 /NOVA STA RITA RS	100%	2.257,92	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV LAJEADO 2 /PASSO REAL RS	100%	3.355,64	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV MACAMBARA /SAO BORJA 2 RS	100%	4.315,27	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV MISSOES /SAO BORJA 2 RS	100%	2.627,64	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV N. PETROPOLIS 2 /CAXIAS RS	100%	656,38	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV P.PETROQUIMIC /NOVA STA RITA RS	100%	1.105,35	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO FUNDO /GUARITA RS	100%	7.017,36	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO FUNDO /SANTA MARTA RS	100%	3.635,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /IJUI 2 RS	100%	8.381,06	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /TAPERÁ 2 RS	100%	1.349,77	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PASSO REAL /V.AIRES RS	100%	3.195,20	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PELOTAS 3 /QUINTA RS	100%	3.539,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 10 /PORTO ALEGRE 4 RS	100%	3.115,54	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 6 /PORTO ALEGRE 13 RS	100%	977,59	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PORTO ALEGRE 6 /PORTO ALEGRE 4 RS	100%	378,73	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /BAGE 2 RS	100%	4.105,56	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /CAMAQUA RS	100%	4.627,67	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV PRE.MEDICI /PELOTAS 3 RS	100%	18.520,68	2020	Julho	IGPM
LT 230 kV PRE.MEDICI /QUINTA RS	100%	3.599,95	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARIA 3 /ALEGRETE 2 RS	100%	15.810,03	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARIA 3 /U.D.FRANCISCA RS	100%	4.912,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTA MARTA /TAPERÁ 2 RS	100%	1.439,98	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /MISSOES RS	100%	1.503,38	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /SANTA ROSA 1 RS	100%	4.089,43	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SANTO ANGELO /SANTO ANGELO 2 RS	100%	158,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV SCHARLAU /CHARQUEADAS RS	100%	2.553,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV TAQUARA /N. PETROPOLIS 2 RS	100%	820,32	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV TAQUARA /OSORIO 2 RS	100%	1.331,92	Não aplicável	Julho	IPCA



LT 230 kV UTE URUGUAIANA /ALEGRETE 2 RS	100%	2.252,18	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV UTE URUGUAIANA /URUGUAIANA 5 RS	100%	55,41	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV VIAMAO 3 /PORTO ALEGRE 6 RS	100%	187,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV ALEGRETE 2 /ALEGRETE RS	100%	223,88	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV BUGRES /CANASTRA RS	100%	124,54	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV CRUZ ALTA 1 /IJUI RS	100%	518,25	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV CRUZ ALTA 1 /PANAMBI RS	100%	531,89	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV IJUI /SANTO ANGELO RS	100%	463,70	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV LAJEADO 1 /CERTEL 2 RS	100%	8,33	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV LAJEADO 2 /LAJEADO 1 RS	100%	375,42	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SANTA MARTA /CARAZINHO RS	100%	978,81	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SANTO ANGELO 2 /SANTO ANGELO RS	100%	754,13	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV SAO JERONIMO /CHARQUEADAS RS	100%	243,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV TRIUNFO /CHARQUEADAS RS	100%	244,34	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 69 kV TRIUNFO /SAO JERONIMO RS	100%	80,60	Não aplicável	Julho	IPCA
ALEGRETE 2	100%	10.284,11	Não aplicável	Julho	IPCA
BAGE 2	100%	10.469,63	Não aplicável	Julho	IPCA
BUGRES	100%	1.110,54	Não aplicável	Julho	IPCA
C.INDUSTRIAL	100%	19.053,71	Não aplicável	Julho	IPCA
CACHOEIRINHA 1	100%	9.054,29	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMAQUA	100%	7.536,24	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMAQUA 3	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
CAMPO BOM	100%	10.731,87	Não aplicável	Julho	IPCA
CANASTRA	100%	1.780,05	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 1	100%	12.549,29	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 2	100%	1.234,01	Não aplicável	Julho	IPCA
CANOAS 3	100%	756,19	Não aplicável	Julho	IPCA
CASTERTECH	100%	366,09	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS	100%	2.277,33	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 2	100%	7.018,87	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 5	100%	4.151,60	Não aplicável	Julho	IPCA
CAXIAS SUL 6	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
CRUZ ALTA 1	100%	5.375,18	Não aplicável	Julho	IPCA
ELDORADO SUL	100%	6.095,99	Não aplicável	Julho	IPCA
EREXIM 1	100%	5.747,40	Não aplicável	Julho	IPCA
FARROUPILHA 1	100%	2.804,99	Não aplicável	Julho	IPCA
FIBRAPLAC	100%	970,15	Não aplicável	Julho	IPCA
GARIBALDI 1	100%	8.035,29	Não aplicável	Julho	IPCA
GRAVATAI 2	100%	21.526,39	Não aplicável	Julho	IPCA
GRAVATAI 3	100%	1.106,28	Não aplicável	Julho	IPCA
GUAIBA 2	100%	7.492,45	Não aplicável	Julho	IPCA
GUARITA	100%	13.104,38	Não aplicável	Julho	IPCA
IJUI	100%	5.722,97	Não aplicável	Julho	IPCA
IJUI 2	100%	221,41	Não aplicável	Julho	IPCA
ITAUBA	100%	5.571,60	Não aplicável	Julho	IPCA
JACUI	100%	4.203,43	Não aplicável	Julho	IPCA
JULIO DE CASTILHOS	100%	1.744,96	Não aplicável	Julho	IPCA
LAJEADO 2	100%	14.620,24	Não aplicável	Julho	IPCA
LIVRAMENTO 2	100%	7.348,95	Não aplicável	Julho	IPCA
MACAMBARA	100%	10.131,92	Não aplicável	Julho	IPCA
MISSOES	100%	133,46	Não aplicável	Julho	IPCA
N. PETROPOLIS 2	100%	147,41	Não aplicável	Julho	IPCA
NOVA PRATA 2	100%	11.454,67	Não aplicável	Julho	IPCA
NOVA STA RITA	100%	2.382,34	Não aplicável	Julho	IPCA
OSORIO 2	100%	15.028,61	Não aplicável	Julho	IPCA
P. PETROQUIMIC	100%	4.539,19	Não aplicável	Julho	IPCA
PANAMBI	100%	1.650,86	Não aplicável	Julho	IPCA
PASSO REAL	100%	10.486,18	Não aplicável	Julho	IPCA
PELOTAS 3	100%	10.186,31	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 10	100%	9.370,53	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 13	100%	7.095,80	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 4	100%	14,19	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 6	100%	9.821,52	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 8	100%	4.350,06	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 9	100%	9.337,11	Não aplicável	Julho	IPCA
PRE.MEDICI	100%	8.425,90	Não aplicável	Julho	IPCA
QUINTA	100%	21.483,40	Não aplicável	Julho	IPCA
S.VICENTE SUL	100%	12.937,04	Não aplicável	Julho	IPCA
SANREMO	100%	0,00	Não aplicável	Julho	IPCA

SANTA CRUZ 1	100%	8.084,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARIA 1	100%	5.780,93	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARIA 3	100%	8.369,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA MARTA	100%	12.244,63	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTA ROSA 1	100%	11.306,07	Não aplicável	Julho	IPCA
SANTO ANGELO 2	100%	9.691,44	Não aplicável	Julho	IPCA
SAO BORJA 2	100%	8.618,39	Não aplicável	Julho	IPCA
SCHARLAU	100%	13.733,59	Não aplicável	Julho	IPCA
TAPERA 2	100%	1.280,52	Não aplicável	Julho	IPCA
TAQUARA	100%	12.930,74	Não aplicável	Julho	IPCA
U.D.FRANCISCA	100%	1.483,55	Não aplicável	Julho	IPCA
URUGUAIANA 5	100%	8.517,06	Não aplicável	Julho	IPCA
UTE URUGUAIANA	100%	601,24	Não aplicável	Julho	IPCA
V.AIRES	100%	5.967,54	Não aplicável	Julho	IPCA
VIAMAO 3	100%	221,41	Não aplicável	Julho	IPCA
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>		<b>82704,2</b>			
<b>ETAU - EMPRESA TRANSMISSORA DO ALTO URUGUAI S.A.</b>					
LT 230 kV BARRA GRANDE /C.NOVIOS SC	10%	3.740,82	2020	Julho	IPCA
LT 230 kV BARRA GRANDE /L.VERMELHA 2 SC/RS	10%	6.415,23	2020	Julho	IPCA
LT 230 kV L.VERMELHA 2 /SANTA MARTA RS	10%	9.301,09	2020	Julho	IPCA
L.VERMELHA 2	10%	28.683,52	2020	Julho	IPCA
C.NOVIOS	10%	1.798,87	2020	Julho	IPCA
SANTA MARTA	10%	1.725,39	2020	Julho	IPCA
<b>TPAE - TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.</b>					
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /PORTO ALEGRE 4 RS	10%	9.114,08	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 4	10%	370,88	Não aplicável	Julho	IPCA
PORTO ALEGRE 9	10%	370,88	Não aplicável	Julho	IPCA
<b>TESB - TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.</b>					
JARDIM BOTANICO	94%	8.741,16	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /JARDIM BOTANICO RS	94%	1.859,28	Não aplicável	Julho	IPCA
LT 230 kV RESTINGA /VIAMAO 3 RS	94%	934,25	Não aplicável	Julho	IPCA
RESTINGA	94%	3.116,37	Não aplicável	Julho	IPCA
VIAMAO 3	94%	4.287,95	Não aplicável	Julho	IPCA
CANDELARIA 2	94%	2.244,43	Não aplicável	Julho	IPCA

<b>Projetos de Linhas e Subestações – Evolução Geral e Investimentos</b>		
<b>Controladora</b>		
<b>Instalação</b>	<b>Evolução Geral</b>	<b>Investimento Realizado (Mil Reais)</b>
<b>Integral</b>		<b>475.699.045,00</b>
SE Nova Prata 2 (Ampliação)	62%	64.950.964,00
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)	12%	34.503.158,00
SE Cidade Industrial (Ampliação)	74%	139.934.657,00
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)	22%	23.944.316,00
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)	29%	15.597.051,00
SE Gravataí 2 (Ampliação)	21%	65.742.710,00
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)	21%	15.692.957,00
SE Venâncio Aires (Ampliação)	22%	10.565.167,00
SE Porto Alegre 10 (Adequação)	73%	28.091.425,00
SE Cruz Alta 1 (Adequação)	72%	24.777.078,00
SE Santa Marta (Adequação)	56%	8.777.707,00
SE Usina Presidente Médici (Adequação)	96%	13.981.575,00
SE Maçambará (Adequação)	4%	5.941.747,00
SE Alegrete 2 (Adequação)	8%	11.907.859,00
SE São Borja 2 (Adequação)	3%	4.274.778,00
SE Livramento 2 (Adequação)	4%	4.797.775,00
3 LTs - PEL3-QUI, UCAN-TAQ, UPRE-VAI	68%	2.218.121,00

Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Projetos de Linhas e Subestações - Características Físicas						
Instalação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de operação Comercial	Vencimento de Outorga
<b>Integral</b>			<b>0</b>	<b>785</b>		
SE Nova Prata 2 (Ampliação)		230,00		180		01/01/2043
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)		230,00		130		01/01/2043
SE Cidade Industrial (Ampliação)		230,00		200		01/01/2043
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)		230,00		75		01/01/2043
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)		230,00		50		01/01/2043
SE Gravataí 2 (Ampliação)		230,00		100		01/01/2043
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)		138,00				01/01/2043
SE Venâncio Aires (Adequação)		230,00		50		01/01/2043
SE Porto Alegre 10 (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE Cruz Alta 1 (Adequação)		138,00				01/01/2043
SE Santa Marta (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE Usina Presidente Médici (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE Maçambará (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE Alegrete 2 (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE São Borja 2 (Adequação)		230,00				01/01/2043
SE Livramento 2 (Adequação)		230,00				01/01/2043
3 LTs - PEL3-QUI, UCAN-TAQ, UPRE-VAI		230,00				01/01/2043
<b>Total</b>			<b>0</b>	<b>785</b>		

**Projetos de Linhas e Subestações – Características Financeiras**

Instalação	Propriedade	RAP (Mil Reais)	Ano de Degrau da RAP	Mês Base	Índice de Correção
<b>Integral</b>		<b>175.365,24</b>			
SE Nova Prata 2 (Ampliação)	100%	8.391,12	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 9 (Ampliação)	100%	19.460,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cidade Industrial (Ampliação)	100%	23.798,52	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 6 (Ampliação)	100%	16.332,41	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 13 (Ampliação)	100%	8.638,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Gravataí 2 (Ampliação)	100%	51.800,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cachoeirinha 1 (Adequação)	100%	5.502,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Venâncio Aires (Adequação)	100%	10.122,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Porto Alegre 10 (Adequação)	100%	4.494,00	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Cruz Alta 1 (Adequação)	100%	3.720,51	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Santa Marta (Adequação)	100%	1.468,37	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Usina Presidente Médici (Adequação)	100%	1.897,54	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Maçambará (Adequação)	100%	4.717,49	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Alegrete 2 (Adequação)	100%	6.222,78	Não aplicável	Julho	IPCA
SE São Borja 2 (Adequação)	100%	4.669,62	Não aplicável	Julho	IPCA
SE Livramento 2 (Adequação)	100%	3.703,76	Não aplicável	Julho	IPCA
3 LTs - PEL3-QUI, UCAN-TAQ, UPRE-VAI	100%	427,12	Não aplicável	Julho	IPCA

### RAP Esperada – R\$ Mi

RAP	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>TPAE</b>	<b>11.012.065</b>	<b>11.445.481</b>	<b>11.867.819</b>	<b>12.330.664</b>	<b>12.746.208</b>	<b>13.164.283</b>	<b>13.600.021</b>
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /PORTO ALEGRE 4 RS	10.183.277	10.584.073	10.974.626	11.402.636	11.786.905	12.173.515	12.576.459
PORTO ALEGRE 4	414.394	430.704	446.597	464.014	479.651	495.384	511.781
PORTO ALEGRE 9	414.394	430.704	446.597	464.014	479.651	495.384	511.781
<b>TESB</b>	<b>41.514.260</b>	<b>43.161.249</b>	<b>44.753.899</b>	<b>46.499.301</b>	<b>48.066.327</b>	<b>49.642.903</b>	<b>51.286.083</b>
CAMPO BOM	423.766	440.587	456.845	474.662	490.658	506.752	523.525
CANDELARIA 2	3.748.779	3.897.589	4.041.410	4.199.025	4.340.532	4.482.901	4.631.285
JARDIM BOTANICO	13.876.857	14.426.762	14.959.110	15.542.515	16.066.298	16.593.272	17.142.510
LT 230 kV CAMPO BOM /TAQUARA RS	1.868.992	1.943.183	2.014.887	2.093.467	2.164.017	2.234.997	2.308.975
LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /JARDIM BOTA	2.355.966	2.449.487	2.539.874	2.638.929	2.727.860	2.817.334	2.910.588
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /NOVA STA RITA RS	2.940.032	3.056.739	3.169.532	3.293.144	3.404.123	3.515.778	3.632.150
LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /PORTO ALEGRE 8 RS	2.057.229	2.138.892	2.217.817	2.304.312	2.381.967	2.460.096	2.541.525
LT 230 kV RESTINGA /PORTO ALEGRE 13 RS	526.093	528.801	548.314	569.698	588.897	608.213	628.345
LT 230 kV RESTINGA /VIAMAO 3 RS	1.224.512	1.230.817	1.276.234	1.326.007	1.370.694	1.415.653	1.462.511
NOVA STA RITA	423.766	440.587	456.845	474.662	490.658	506.752	523.525
PORTO ALEGRE 13	423.766	657.833	682.107	708.709	732.592	756.621	781.665
PORTO ALEGRE 8	423.766	440.587	456.845	474.662	490.658	506.752	523.525
PORTO ALEGRE 9	847.531	881.174	913.690	949.324	981.316	1.013.503	1.047.050
RESTINGA	4.501.932	4.538.511	4.705.982	4.889.516	5.054.292	5.220.073	5.392.858
TAQUARA	423.766	440.587	456.845	474.662	490.658	506.752	523.525
VIAMAO 3	5.447.509	5.649.112	5.857.564	6.086.009	6.291.107	6.497.456	6.712.521
<b>ETAU</b>	<b>57.205.158</b>	<b>54.649.426</b>	<b>56.665.990</b>	<b>58.875.963</b>	<b>60.860.083</b>	<b>62.856.294</b>	<b>64.936.837</b>
C.NOVOS	1.991.774	1.902.789	1.973.001	2.049.948	2.119.032	2.188.536	2.260.976
L.VERMELHA 2	31.759.371	30.340.470	31.460.033	32.686.975	33.788.526	34.896.789	36.051.873
LT 230 kV BARRA GRANDE /C.NOVOS SC	4.141.958	3.956.910	4.102.920	4.262.934	4.406.594	4.551.131	4.701.773
LT 230 kV BARRA GRANDE /L.VERMELHA 2 SC/RS	7.103.163	6.785.818	7.036.215	7.310.627	7.556.995	7.804.865	8.063.206
LT 230 kV L.VERMELHA 2 /SANTA MARTA RS	10.298.481	9.838.380	10.201.416	10.599.271	10.956.467	11.315.839	11.690.393
SANTA MARTA	1.910.410	1.825.060	1.892.404	1.966.208	2.032.469	2.099.134	2.168.616

### Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

### Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, a receita operacional líquida atingiu **R\$ 1.056 milhões**, um aumento de 14,1% (R\$ 130 milhões) em relação a 2022. Já os custos gerenciáveis totalizaram **R\$ 424 milhões**, uma redução de 21,2% (R\$ 114 milhões).

Em 2023, o EBITDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 828 milhões**, aumento de 60,7% (R\$ 313 milhões) em relação a 2022.

O resultado financeiro em 2023 foi uma despesa financeira líquida de **R\$ 184 milhões** ante uma receita financeira líquida de R\$ 0,7 milhão em 2022. Juntamente a isso o valor pago de impostos sobre o lucro foi de **R\$ 94 milhões**, um aumento de 171,5% (R\$ 59 milhões) em relação a 2022.

O resultado líquido do exercício foi de **R\$ 456 milhões**, aumento de 19,7% (R\$ 75 milhões) em relação a 2022 (o resultado líquido de 2021 da operação descontinuada (Geração), no montante de R\$ 40 milhões, não foi considerado).

**Investimentos** - Em 2023, foram **R\$ 742 milhões** realizados investimentos significativos pela CPFL Transmissão.

**Captações de recursos** - Para viabilizar o programa de investimentos, a Companhia utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 450 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 300 milhões) e realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 416 milhões).

**Composição acionária** - A CPFL Transmissão é uma empresa de capital aberto, cujo controle era 100% detido pela CPFL Cone Sul, em 31 de dezembro de 2023. O capital social da CPFL Transmissão era de R\$ 981,3 milhões, dividido em 9.480.088 ações ordinárias e 112.356 ações preferenciais, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2023, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 95.000 mil aprovado em dezembro de 2022, e (ii) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 134.939 mil.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de março, a declaração de Juros sobre Capital Próprio, no montante total de R\$ 24.000 mil a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de junho de 2023, a declaração de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 24.300 mil a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de setembro de 2023, a declaração de Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 11.000 mil a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023.

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 134.939 mil referente a dividendos e R\$ 154.300 mil referente a Juros sobre Capital Próprio, totalizando R\$ 286.239 mil.

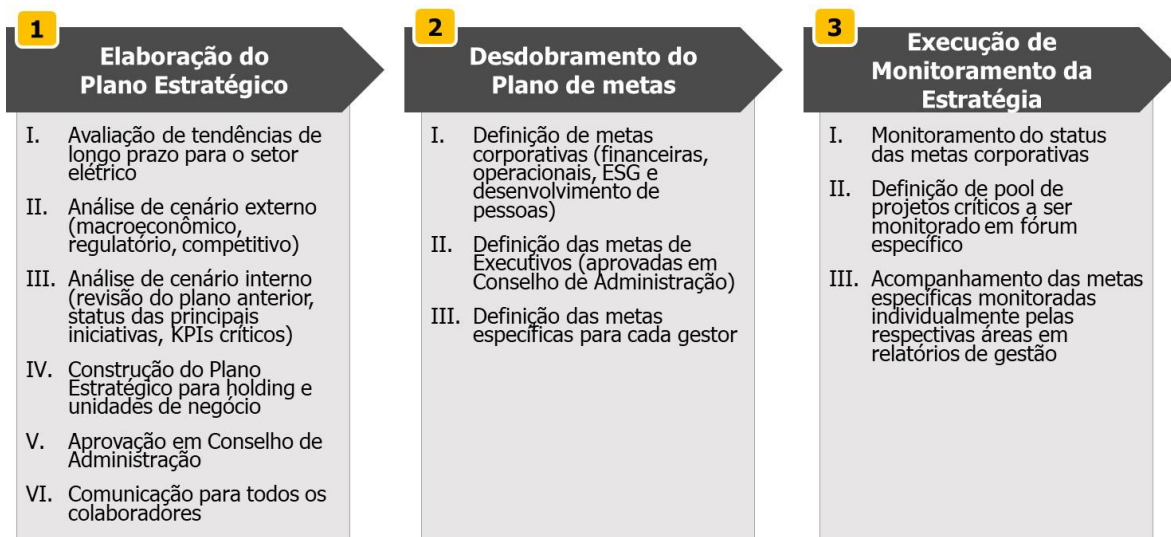
**Planejamento Empresarial** – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos;
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

**Análises de Cenários Externo & Interno** - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de *data analytics*, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

**Elaboração da Estratégia** - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.



**Desdobramento em Metas** - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

**Divulgação Planejamento Estratégico** - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

**Implementação & Monitoramento da Estratégia** - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

**Recursos humanos** – Em 2023 a CPFL Transmissão investiu cerca de R\$ 89 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Uma das dimensões do “Nosso Jeito de Ser”, nosso direcionador de comportamento é aprender com a jornada e ser o protagonista do seu desenvolvimento e nós aqui na Universidade CPFL atuamos como facilitadores deste movimento, incentivando o colaborador a assumir e buscar caminhos para cada vez mais evoluir em sua própria carreira. Realizamos isso por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades técnicas e comportamentais, emocionais e sociais. Hoje ofertamos em nossa plataforma de aprendizagem (Success) o Guia de autodesenvolvimento que compõe cursos de Habilidades técnicas e comportamentais; palestras ao vivo com especialistas em temas técnicos e comportamentais, parceria com Instituições Nacionais, Unicast (Podcast) além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e

aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas ações permeiam a frente das quatro escolas de ensino da Universidade CPFL: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2023, tivemos **+ de 6 mil participações** em treinamentos, com pelo menos **12 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade** – Como empresa controlada pela CPFL Energia, a CPFL Transmissão mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas que buscam fortalecer a governança e a gestão integrada dos aspectos econômico-financeiros e socioambientais, evitar ou mitigar impactos negativos de suas operações e gerar valor compartilhado com seus públicos de relacionamento. Mais informações sobre como atuamos, nossos resultados e desafios estão disponíveis no Relatório Anual da CPFL Energia em <https://www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual> e <https://ri.cpfl.com.br/>.

### CPFL Transmissão em números

#### CPFL Transmissão

<b>Mercado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Var. %</b>
Extensão de Linhas de Transmissão (Km)	5.943	5.937	0,1%
Número de Subestações	71	69	2,9%
<b>Financeiros</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Var. %</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.303	1.173	11,1%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.056	925	14,1%
Margem operacional do serviço líquida (%)	59,9%	41,9%	42,9%
EBITDA OU LAJIDA	828	515	60,7%
Lucro líquido (R\$ mil)	456	380	19,7%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	(101)	477	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-450,4%	79,8%	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-2103,8%	41,0%	-
Dívida Líquida	1.282	600	113,9%
<b>Indicadores de Performance</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var. %</b>
Retorno de ativos por unidade	37,1%	18,0%	106,6%

#### Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Transmissão. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Transmissão.

Porto Alegre, 24 de abril de 2024.

A Administração.

**Notas Explicativas**  
às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

### 1.2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, as concessionárias estão autorizadas a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, a qual é reajustada anualmente nas datas em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP.

Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, assim como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais, sendo este o chamado Livre Acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### 1.2 Das Concessões

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

#### 1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em, 1º de outubro de 2001, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04 de dezembro de 2012, tendo sofrido alterações significativas. O contrato de concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em, 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$ 661.086, a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 e relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

No que tange às instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autorizou o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Vide nota explicativa nº 13.

‘Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (RAP), nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### 1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classes de usuários das redes de transmissão);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, até 18 de dezembro de 2032, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

### 1.2.3 - Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL

A CEEE-T sagrou-se vencedora do Lote 06, do Leilão de Transmissão Nº 001/2020, e assinou o Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL em 31 de março de 2021. Em síntese, o objeto deste Contrato é a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é de até 30 de setembro de 2024, com prazo de concessão até 31 de março de 2051, com RAP de R\$ 9.234.372,00 anual que será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### 2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão demonstradas e explicadas na nota 14, para melhor entendimento do leitor.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi concedida pela Administração em 24 de abril de 2024.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)).

## 2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 4 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação aos valores recuperáveis e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de transmissão (“TUST”) não faturados;
- Nota 7 – Tributos Diferidos
- Nota 5 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 6 – Empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos: principais premissas para determinação do valor justo; e
- Nota 8 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## 2.4 Segmento operacional

Durante o exercício corrente a Companhia atuou somente no segmento de transmissão de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022

Nas demonstrações regulatórias de 31 de dezembro de 2022, o saldo comparativo no balanço patrimonial, foi reapresentado em decorrência da reclassificação dos montantes dos investimentos em controladas e coligadas da linha de Outros Ativos Não Circulantes para a linha de Participações Societárias, segundo os moldes dispostos no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica – MCSE, e portanto, a Companhia está reapresentando as demonstrações regulatórias de 2022.

Os efeitos são como segue:

	2022		
	Originalmente publicado	Ajustes	Nova apresentação
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos Compensáveis	16.242		16.242
Depósitos Judiciais e Cauções	116.984		116.984
Tributos Diferidos	146.882		146.882
Participações Societárias	-	186.077	186.077
Outros Ativos Não Circulantes	325.508	(186.077)	139.431
Imobilizado	1.661.229		1.661.229
Intangível	78.788		78.788
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão	385		385
	<b>2.346.018</b>	<b>-</b>	<b>2.346.018</b>

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Contábeis Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**3.1 Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2020. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Nº 674, de 11 de agosto de 2015, emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**3.2 Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros está prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada, quando aplicável, agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização, observando o limite do WACC Regulatório;
- c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**3.3 Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, quando aplicável, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de concessionárias, geradores, consumidores livres ou permissionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de transmissão de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme a taxa média de reintegração vigente pela última revisão tarifária da concessionária.

**3.5 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As receitas provenientes das prestações de serviços são registradas no momento em que os mesmos foram efetivamente prestados, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber:

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					Provisão para Devedores Duvidosos	TOTAL 2023	TOTAL 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	129.006	4.426	3.279	341	5.322	(5.322)	137.052	113.166
<b>TOTAL</b>	<b>129.006</b>	<b>4.426</b>	<b>3.279</b>	<b>341</b>	<b>5.322</b>	<b>(5.322)</b>	<b>137.052</b>	<b>113.166</b>

Os saldos de R\$ 137.052 (R\$ 113.166 em 31 de dezembro de 2022) referem-se aos valores a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os Acessantes ao sistema.



A provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$5.322 (R\$9.076 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 360 dias.

## 5. IMOBILIZADO

### 5.1. A composição do imobilizado é como segue

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)=	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Transmissão</b>									
Terrenos .....	31.232	-	-	-	31.232	-	-	31.232	31.232
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	139.728	-	-	1.044	140.772	1.044	(124.102)	16.670	16.849
Máquinas e Equipamentos .....	4.831.803	-	(37.075)	118.117	4.912.846	81.042	(3.420.808)	1.492.038	1.486.998
Veículos .....	7.685	-	-	-	7.685	-	(7.645)	40	42
Móveis e Utensílios .....	1.044	-	(9)	581	1.615	572	(1.011)	605	62
<b>Administração</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	90	-	-	-	90	-	(23)	67	70
Máquinas e Equipamentos .....	2.328	-	-	-	2.328	-	(607)	1.721	1.833
Veículos .....	5.010	-	-	-	5.010	-	(5.010)	-	-
Móveis e Utensílios .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Vinculados</b>									
Terrenos.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas.....	1.602	-	-	-	1.602	-	(1.602)	-	-
Veículos.....	112	-	-	-	112	-	(112)	-	-
Móveis e Utensílios.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	(711.939)	-	-	-	(711.939)	-	529.627	(182.312)	(195.207)
<b>Total do Ativo Imobilizado em Serviço</b>	<b>4.308.695</b>	<b>-</b>	<b>(37.084)</b>	<b>119.741</b>	<b>4.391.352</b>	<b>82.658</b>	<b>(3.031.291)</b>	<b>1.360.062</b>	<b>1.341.879</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2022</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2023</b>	<b>Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)=</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2023</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2022</b>
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e Equipamentos .....	206.295	279.523	-	(118.095)	367.724	161.429	-	367.724	206.295
Outros .....	101.844	435.549	(77.741)	(1.646)	458.005	356.161	-	458.005	101.844
<b>Administração</b>									
Máquinas e Equipamentos .....	10.619	2.074	-	-	12.693	2.074	-	12.693	10.619
Outros .....	592	24.527	(2.041)	-	23.078	22.486	-	23.078	592
<b>Total do Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>319.350</b>	<b>741.674</b>	<b>(79.782)</b>	<b>(119.741)</b>	<b>861.500</b>	<b>542.150</b>	<b>-</b>	<b>861.500</b>	<b>319.350</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>4.628.045</b>	<b>741.674</b>	<b>(116.866)</b>	<b>-</b>	<b>5.252.853</b>	<b>624.808</b>	<b>(3.031.291)</b>	<b>2.221.562</b>	<b>1.661.229</b>

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2023			2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	2,89%				
Custo histórico		2.782.923	(1.642.023)	1.140.900	1.086.924
Correção monetária especial		108	(104)	4	7.750
Reavaliação		2.311.118	(1.911.437)	399.681	440.508
Administração	21,80%				
Custo histórico		7.428	(5.640)	1.788	1.904
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,59%				
Custo histórico		1.713	(1.713)	-	-
(-) Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos		(711.939)	529.627	(182.312)	(195.206)
<b>Total do Ativo Imobilizado em Serviço</b>		<b>4.391.352</b>	<b>(3.031.291)</b>	<b>1.360.061</b>	<b>1.341.879</b>
<b>Em curso</b>					
Transmissão		825.729	-	825.729	308.139
Administração		35.771	-	35.771	11.211
<b>Total do Ativo Imobilizado em Curso</b>		<b>861.500</b>	<b>-</b>	<b>861.500</b>	<b>319.350</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>5.252.852</b>	<b>(3.031.291)</b>	<b>2.221.562</b>	<b>1.661.229</b>

## 5.2. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Transmissão</b>								
Servidões .....	82.434	-	-	82.434	-	-	82.434	82.434
Softwares .....	1.923	-	13	1.936	13	(1.922)	14	37
<b>Administração</b>								
Softwares .....	44.557	-	-	44.557	-	(44.457)	100	7.243
<b>Não Vinculados</b>								
Intangíveis.....	58	-	-	58	-	(58)	-	-
(-) Ajuste pelo valor da renovação	(14.898)	-	-	(14.898)	-	-	(14.898)	(14.898)
<b>Total do Intangível em Serviço</b>	<b>82.685</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>114.086</b>	<b>13</b>	<b>(46.436)</b>	<b>67.650</b>	<b>74.815</b>
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Transmissão</b>								
Servidões .....	22	-	-	22	-	-	22	22
Outros .....	1.963	1	(13)	1.951	(12)	-	1.951	1.963
<b>Administração</b>								
Softwares .....	1.989	1.176	-	3.165	1.176	-	3.165	1.989
<b>Total do Intangível em Curso</b>	<b>3.974</b>	<b>1.178</b>	<b>(13)</b>	<b>5.138</b>	<b>1.164</b>	<b>-</b>	<b>5.138</b>	<b>3.974</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>86.659</b>	<b>1.178</b>	<b>-</b>	<b>119.225</b>	<b>1.178</b>	<b>(46.436)</b>	<b>72.788</b>	<b>78.789</b>

Ativo Intangível - R\$ Mil	2023			2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	19,85%				
Custo histórico		44.676	(1.922)	42.754	42.776
Correção monetária especial		4.546	-	4.546	4.546
Reavaliação		35.148	-	35.148	35.148
Administração	20,00%				
Custo histórico		44.557	(44.457)	100	7.243
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20,00%				
Custo histórico		58	(58)	-	-
(-) Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos		(14.898)	-	(14.898)	(14.898)
<b>Total do Intangível em Serviço</b>		<b>114.086</b>	<b>(46.436)</b>	<b>67.650</b>	<b>74.816</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		17	-	17	17
Transmissão		1.956	-	1.956	1.968
ADM		3.165	-	3.165	1.989
<b>Total do Intangível em Curso</b>		<b>5.138</b>	<b>-</b>	<b>5.138</b>	<b>3.974</b>
<b>Total do Intangível</b>		<b>119.225</b>	<b>(46.436)</b>	<b>72.788</b>	<b>78.790</b>

**5.3. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, está assim disposta:**

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Material/ Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de Obra Própria</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Material em Depósito - Rede Básica	66.392	-	-	-	66.392
Terrenos	-	5	-	-	5
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	4.970	1.189	69	-	6.229
Máquinas E Equipamentos	188.370	77.198	16.030	-	281.598
Móveis e Utensílios	3.505	-	5	-	3.509
A Ratear	132.774	131.466	14.234	-	278.474
Desenvolvimento De Projetos	161	(12.940)	79	-	(12.700)
Material em Depósito - DIT	1.789	-	-	-	1.789
Adiantamento A Fornecedores	45.270	5.226	-	-	50.496
Outros	43.439	874	-	21.568	65.881
<b>Total das Adições</b>	<b>486.670</b>	<b>203.018</b>	<b>30.417</b>	<b>21.568</b>	<b>741.674</b>

**5.4. Taxas Anuais de Depreciação:**

	<b>Taxas anuais de depreciação</b>
	<b>%</b>
<b>Transmissão</b>	
Estrutura (Poste, Torre)	3,05
Condutor	2,89
Transformador de Força	2,86
Estrutura Suporte de Equipamento e de Baril	3,13
Disjuntor	3,03
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Sistema de Aterramento	3,03
Chave	4,92
Transformador de Medida	3,64
Transformador de Força	2,86
<b>Administração central</b>	
Software	20,00
Equipamento Geral De Informática	16,67
Veículos	3,33
Equipamento Geral	6,25

A Companhia reconhece a depreciação e amortização de seus ativos imobilizados e intangíveis considerando a vida útil regulatória dos bens, está estabelecida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do

Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**5.5. As doze principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:**

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	27.618
2.	ESTRUTURA (TORRE)	20.894
3.	TRANSFORMADOR DE FORÇA	8.448
4.	CHAVE - SECCIONADORA	8.004
5.	DISJUNTOR	7.951
6.	TRANSFORMADOR DE MEDIDA	7.305
7.	SISTEMA DE ATERRAMENTO	5.501
8.	SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO	4.981
9.	ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO E DE BARRAMENTO	4.650
10.	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	4.447

**5.6. As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:**

Grande parte das baixas realizadas no período guardam relação com os ativos existentes na sede anterior da concessionária, esta que estava localizada na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201 na cidade Porto Alegre - RS.

**6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

ABERTURA DO ENDOVIMENTO - R\$ Mil												
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal e Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Vencimento Final	Sistemática Amortização	
<b>Financ.Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>2.384</b>	-	<b>398.942</b>	<b>401.326</b>								
Lei 4131 - Scotiabank S.A	2.384	-	408.669	409.053	Sim	11/05/2023	Aval/Fiança	US\$	4,49%	10/12/2025	Outro, especif. no cronograma	
Marcação a mercado	-	-	(7.727)	(7.727)	Sim	11/05/2023	Não há	Outro, especif. em obs.	0,00%	10/12/2025	Outro, especif. no cronograma	
<b>Financ.Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>16.624</b>	<b>(577)</b>	<b>1.710.518</b>	<b>1.726.565</b>								
Debêntures 8ª Emissão - EEEL18 - 1ª Série	3.008	-	260.000	263.008	Sim	08/06/2022	Outras	CDI	1,30%	25/02/2027	SAC	
Debêntures 8ª Emissão - EEEL28 - 2ª Série	8.182	-	700.000	708.182	Sim	08/06/2022	Outras	CDI	1,47%	25/02/2029	SAC	
Debêntures 9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	1.760	-	300.000	301.760	Sim	04/01/2023	especificar er	CDI	1,20%	12/12/2026	SAC	
Debêntures 10ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	3.674	-	452.432	456.106	Sim	09/11/2023	especificar er	IPCA	6,18%	15/10/2033	SAC	
Gastos com emissão de Debêntures	-	(577)	(1.914)	(2.491)	Sim	30/06/2022	Não há	Outro, especif. em obs.	0,00%	31/05/2029	SAC	
<b>Dívidas com Fundo de Pensão</b>	<b>-</b>	<b>82.509</b>	<b>664.599</b>	<b>747.108</b>								
Benefício Pós Emprego	-	74.669	637.423	712.091	-	-	-	-	-	-	-	
Fundação ELETROCEEE	-	7.841	27.176	35.017	Sim	01/05/2013	Outras	INPC	6,63%	31/05/2031	SAC	

**6.1 SCOTIBANK**

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Concessionária exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

Os empréstimos e financiamentos contratados em 2023 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como segue:

Índices exigidos nas informações contábeis consolidadas da CPFL Energia

Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;  
EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

## 6.2 DEBÊNTURES

As debêntures emitidas pela Concessionária exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresenta-se abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas informações contábeis consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Em consonância com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

## 6.3. Abertura dos Instrumentos Financeiros – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil *
<b>TOTAL DERIVATIVOS</b>						<b>416.194.800</b>	<b>(20.430.333)</b>
Swap - Lei 4131	Scotiabank S.A	11/05/2023	14/10/2025	USD + 4,4906%	CDI+ 1,25%	416.194.800	(20.430.333)

## 6.4. Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal e Juros LP	Saldo Total
<b>Ativos Financeiros</b>	-	<b>326.726</b>	-	<b>326.726</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	-	<b>326.726</b>	-	<b>326.726</b>
Títulos do Governo	-	63.131	-	63.131
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	263.595	-	263.595

## 6.5. Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA					
RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2023	Total 2022
<b>Dívida Bruta</b>	<b>19.008</b>	<b>81.932</b>	<b>2.774.059</b>	<b>2.874.999</b>	<b>1.544.640</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.384	-	398.942	401.326	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	16.624	(577)	1.710.518	1.726.565	1.060.967
Fundo de Pensão	-	82.509	664.599	747.108	483.673
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(326.726)</b>	<b>-</b>	<b>(326.726)</b>	<b>(262.601)</b>
Demais Aplicações Financeiras	-	(263.595)	-	(263.595)	(215.857)
Títulos do Governo	-	(63.131)	-	(63.131)	(46.744)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>19.008</b>	<b>(244.794)</b>	<b>2.774.059</b>	<b>2.548.273</b>	<b>1.282.039</b>

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.526	90.349	27.445	76.236
Entidade de previdência privada	(2.212)	(6.145)	(2.212)	(6.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	1.106	721	2.002
Provisão relacionada a pessoal	716	1.989	396	1.101
Derivativos	(2.379)	(6.607)	-	-
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.979)	(19.385)	(6.602)	(18.338)
Outros	25.264	70.178	1.352	3.756
<b>Total</b>	<b>47.335</b>	<b>131.485</b>	<b>21.100</b>	<b>58.612</b>

## 8. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

### 8.1. Movimentação da provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>171.948</b>	<b>13.595</b>	<b>14.147</b>	<b>199.690</b>
(+) Novos Ingressos	159.542	22.280	935	182.757
(-) Pagamentos	(13.862)	(158)	(11)	(14.031)
(-) Montantes Revertidos	(104.221)	(23.291)	(1.114)	(128.626)
(+) Atualização Monetária	20.345	(1.428)	2.331	21.248
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>233.752</b>	<b>10.998</b>	<b>16.287</b>	<b>261.037</b>
(+) Novos Ingressos	105.533	3.481	1.041	110.054
(-) Pagamentos	(10.150)	(759)	(7)	(10.916)
(-) Montantes Revertidos	(61.912)	(5.398)	(4.864)	(72.174)
(+) Atualização Monetária	30.834	1.985	5.821	38.640
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>298.056</b>	<b>10.306</b>	<b>18.278</b>	<b>326.641</b>

### 8.1.1 Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, condenações solidárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2023 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis.

### 8.1.2 Cíveis

A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos.

### 8.1.3 Tributária

O saldo provisionado de R\$ 18.278 (R\$ 16.287 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

## 9. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>				
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	2,92%	(80.611)	990	<b>(79.621)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento		(195)	-	<b>(195)</b>
<b>Em curso</b>				
Participação Financeira do Consumidor		(3)	-	<b>(3)</b>
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(184)	-	<b>(184)</b>
<b>Total</b>		<b>(80.992)</b>	<b>990</b>	<b>(80.003)</b>

Obrigações Especiais - R\$ Mil	31/12/2022	Transferências	Outros	Amortização Acum.	31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>33.708</b>	<b>(9.710)</b>	-	<b>2.808</b>	<b>26.805</b>
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	33.902	(9.710)	-	2.808	27.000
Pesquisa e Desenvolvimento	(195)	-	-	-	(195)
<b>Em curso</b>	<b>(109.603)</b>	<b>9.710</b>	<b>(6.915)</b>	-	<b>(106.808)</b>
Participação Financeira do Consumidor	(3)	-	-	-	(3)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(109.600)	9.710	(6.915)	-	(106.805)
<b>Total</b>	<b>(75.895)</b>	-	<b>(6.915)</b>	<b>2.808</b>	<b>(80.003)</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 10.1. Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 981.343 (R\$ 981.343 em 31 de dezembro 2022), representado por R\$ 9.592.444 (R\$ 9.592.444 em 31 de dezembro 2022) ações nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 9.480.088 (R\$ 9.480.088 em dezembro de 2022) ações ordinárias e R\$ 112.356 (R\$ 112.356 em dezembro 2022) ações preferenciais, sem direito a voto, com a seguinte composição:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.592.444	100
<b>Total</b>	<b>9.480.088</b>	<b>100</b>	<b>112.356</b>	<b>100</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>

### 10.1. Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), menor do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 10.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	2023	2022
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.941)	(5.049)
Reserva de Reavaliação	443.644	482.199
Ganhos E Perdas Atuariais	(600.053)	(295.005)
	<b>(158.350)</b>	<b>182.145</b>



Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Estas perdas representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

### 10.3. Reserva de Capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de (R\$ 18.223), que compreende: (i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666) e (ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 2.556).

### 10.4. Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de (R\$ 677.634), que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 142.779; (ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de (R\$ 930.014) e (iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 49.714.

## 11. RECEITA/INGRESSO

<u>Receita/Ingresso</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilização do Sistema de Transmissão	1.302.592	1.172.505
<b>Total</b>	<b>1.302.592</b>	<b>1.172.505</b>
<b>Tributos</b>	<b>(119.454)</b>	<b>(107.554)</b>
PIS - PASEP	(21.353)	(19.185)
COFINS	(98.101)	(88.369)
<b>Encargos</b>	<b>(127.516)</b>	<b>(139.804)</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(10.556)	(9.251)
Reserva Global de Reversão - RGR	606	(812)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(91.996)	(97.708)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	(3.971)	(3.504)
Outros encargos	(21.598)	(28.528)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>1.055.622</b>	<b>925.147</b>

## 12. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Pessoal</b>	<b>190.517</b>	<b>258.141</b>
Remuneração	60.242	80.260
Encargos	39.213	63.876
Previdência Privada - Corrente	7.832	6.845
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	53.620	58.391
Programa de demissão voluntária	-	20.764
Despesas rescisórias	1.316	11.195
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	13.255	669
Outros benefícios - Corrente	15.038	16.214
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	(73)
<b>Administradores</b>	<b>6.447</b>	<b>4.479</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	4.771	3.358
Benefícios dos administradores	1.676	1.121
<b>Total</b>	<b>196.963</b>	<b>262.620</b>

## 13. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

### 13.1. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória (REH) Nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAP's da CPFL Transmissão e suas controladas para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

(em milhares de reais)

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(\*\*) Incremento do componente financeiro

### 13.2 Revisão Tarifária Anual

O Despacho ANEEL Nº 402/23, de 14 de fevereiro de 2023, postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T).

#### Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita de R\$ 10.739.259,16 (dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

### 13.3 Parcela Variável Descontada

A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração realizada pelo ONS, referente ao ano de 2023, a Companhia alcançou a sexta melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 1,223% da Receita Anual Permitida (RAP).

## 14. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que, para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

**a) Ativo**

Nota	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
	263.595	-	263.595	215.857	-	215.857
Caixa e Equivalentes de Caixa						
Concessionárias e Permissonárias	137.052	-	137.052	113.166	-	113.166
Tributos Compensáveis	30.928	-	30.928	47.483	-	47.483
Almoxarifado Operacional	14.1	(6.191)	21.939	39.640	(820)	38.820
Investimentos Temporários	63.131	-	63.131	46.744	-	46.744
Despesas Pagas Antecipadamente	14.3	(4.189)	-	2.357	(2.357)	-
Ativo Contratual	14.2	593.806	593.806	-	555.713	555.713
Instrumentos Financeiros Derivativos		104	104	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	14.3	2.042	78.698	55.584	360	55.944
	<b>603.785</b>	<b>585.468</b>	<b>1.189.253</b>	<b>520.831</b>	<b>552.896</b>	<b>1.073.727</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
	-	-	-	16.242	-	16.242
Tributos Compensáveis						
Depósitos Judiciais e Cauções	14.5	-	174.047	116.984	-	116.984
Investimentos em títulos do governo		-	-	-	9.256	9.256
Tributos Diferidos	14.4	(178.819)	-	146.882	(146.882)	-
Ativo Contratual		3.715.628	3.715.628	-	3.039.014	3.039.014
Despesas Pagas Antecipadamente		(101)	-	-	-	-
Participações Societárias	14.5	(409.547)	-	186.077	(186.077)	-
Outros Ativos Não Circulantes	14.5	3.174	3.862	139.816	(136.857)	2.959
Investimentos	14.5	393.141	393.141	-	259.204	259.204
Imobilizado	14.6	(2.044.729)	176.833	1.661.229	(1.576.055)	85.174
Direito de Uso	14.7	-	4.859	-	6.532	6.532
Instrumentos Financeiros Derivativos		39.027	39.027	-	-	-
Intangível	14.8	(67.539)	5.248	78.788	(67.556)	11.232
	<b>3.099.064</b>	<b>1.413.581</b>	<b>4.512.645</b>	<b>2.346.018</b>	<b>1.200.579</b>	<b>3.546.597</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.702.849</b>	<b>1.999.050</b>	<b>5.701.898</b>	<b>2.866.848</b>	<b>1.753.476</b>	<b>4.620.324</b>

**b) Passivo**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	144.827	-	144.827	69.495	-	69.495
Empréstimos, Financiamentos e Debenturês	18.431	(16.047)	2.384	83.116	(78.937)	4.179
Debentures	-	16.047	16.047	-	78.937	78.937
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.290	-	23.290	19.966	-	19.966
Provisão para Benefícios a Empregados	82.977	-	82.977	70.355	-	70.355
Tributos	86.645	-	86.645	58.640	-	58.640
Provisão para Litígios	-	-	-	9.321	-	9.321
Passivos Financeiros Setoriais	14.9	32.299	73.348	37.124	-	37.124
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio		106.617	106.617	227.069	-	227.069
Outros Passivos Circulantes	14.10	673	50.939	41.918	1.554	43.472
	<b>554.102</b>	<b>32.972</b>	<b>587.074</b>	<b>617.004</b>	<b>1.554</b>	<b>618.558</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debenturês	2.109.460	(1.708.990)	400.470	977.851	(958.299)	19.552
Debentures	-	1.708.990	1.708.990	-	958.298	958.298
Provisão para Benefícios a Empregados	664.599	-	664.599	408.023	-	408.023
Tributos	3.003	-	3.003	-	-	-
Arrendamento a Pagar	-	-	-	-	-	-
Provisão para Litígios	326.641	-	326.641	251.716	-	251.716
Encargos Setoriais	14.12	59.082	64.227	3.961	53.230	57.191
Tributos Diferidos	14.14	544.513	544.513	-	481.260	481.260
Obrigações Especiais	14.13	(80.003)	-	75.895	(75.895)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		20.430	20.430	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes	14.11	40.612	45.139	55.700	5.201	60.901
	<b>3.249.893</b>	<b>528.119</b>	<b>3.778.012</b>	<b>1.773.146</b>	<b>463.795</b>	<b>2.236.941</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.803.995</b>	<b>561.091</b>	<b>4.365.086</b>	<b>2.390.150</b>	<b>465.349</b>	<b>2.855.499</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital Social	981.343	-	981.343	981.343	-	981.343
Reserva de Capital	(18.223)	930	(17.293)	(17.268)	1.120	(16.148)
Reserva Legal	-	142.780	142.780	-	112.499	112.499
Reserva Especial - Dividendos não Distribuídos	14.15	(930.014)	1.284.381	(930.014)	1.284.381	354.367
Reservas de Lucro		(252.380)	-	172.386	(172.386)	-
Reservas de Lucro a realizar	-	109.601	109.601	-	59.887	59.887
Proposta Distribuição De Dividendos Adicionais		368.008	368.008	572.931	-	572.931
Outros Resultados Abrangentes	14.16	(158.350)	(601.994)	182.145	(482.200)	(300.055)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(596.290)	-	(484.825)	484.825	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(101.146)</b>	<b>1.437.959</b>	<b>1.336.812</b>	<b>476.698</b>	<b>1.288.127</b>	<b>1.764.825</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.702.849</b>	<b>1.999.050</b>	<b>5.701.898</b>	<b>2.866.848</b>	<b>1.753.476</b>	<b>4.620.324</b>

### c) Demonstração do Resultado do Exercício

Nota	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>	<b>1.302.592</b>	<b>715.396</b>	<b>2.017.988</b>	<b>1.172.505</b>	<b>863.395</b>	<b>2.035.899</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	1.302.592	(1.302.592)	-	1.172.505	(1.172.505)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	709.835	709.835	-	537.910	537.910
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	-	463.621	463.621	-	874.031	874.031
Receita com construção da infraestrutura	-	820.269	820.269	-	268.757	268.757
Outras receitas	-	24.263	24.263	-	355.202	355.202
<b>Tributos</b>	<b>(119.454)</b>	<b>1.254</b>	<b>(118.200)</b>	<b>(107.554)</b>	<b>-</b>	<b>(107.554)</b>
PASEP e COFINS	-	(118.200)	(118.200)	-	(107.554)	(107.554)
PIS/PASEP	(21.353)	21.353	-	(19.185)	19.185	-
Cofins	(98.101)	98.101	-	(88.369)	88.369	-
<b>Encargos</b>	<b>(127.516)</b>	<b>(3.187)</b>	<b>(130.702)</b>	<b>(139.804)</b>	<b>(4.265)</b>	<b>(144.068)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(10.556)	10.556	-	(9.251)	9.251	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(91.996)	-	(91.996)	(97.708)	-	(97.708)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(3.971)	3.971	-	(3.504)	3.504	-
Reserva Global de Reversão - RGR	606	(606)	-	(812)	812	-
Encargos setoriais	-	(35.519)	(35.519)	-	(42.095)	(42.095)
Outras deduções	-	(3.187)	(3.187)	-	(4.265)	(4.265)
Outros Encargos	(21.598)	21.598	-	(28.528)	28.528	-
<b>Receita Líquida/Ingresso líquido</b>	<b>1.055.623</b>	<b>713.463</b>	<b>1.769.085</b>	<b>925.147</b>	<b>859.130</b>	<b>1.784.276</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>1.055.623</b>	<b>713.463</b>	<b>1.769.085</b>	<b>925.147</b>	<b>859.130</b>	<b>1.784.276</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>						
Pessoal e Administradores	(143.333)	167	(143.166)	(197.384)	324	(197.060)
Entidade de previdência privada	(53.630)	-	(53.630)	(65.236)	-	(65.236)
Material	(7.611)	-	(7.611)	(4.733)	-	(4.733)
Serviços de terceiros	(72.791)	-	(72.791)	(62.592)	-	(62.592)
Custo de Construção	-	(582.927)	(582.927)	-	(198.376)	(198.376)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.997	1.997	-	(6.810)	(6.810)
Despesas de Locação	(6.184)	1.953	(4.231)	(9.793)	4.092	(5.701)
Seguros	(409)	-	(409)	(423)	-	(423)
Provisões	(23.389)	(18.730)	(42.119)	(50.368)	(33.749)	(84.117)
Provisão para realização de AFAC	-	-	-	-	94.303	94.303
Contribuições e Subvenções	-	-	-	(12)	-	(12)
( - ) Recuperação de despesas	232	(232)	-	481	(481)	-
Tributos	(2.146)	-	(2.146)	(10.212)	-	(10.212)
Depreciação e Amortização	(98.368)	89.905	(8.463)	(101.103)	94.067	(7.036)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	-	(1.665)	(1.665)	-	(3.943)	(3.943)
Gastos diversos	(30.071)	18.260	(11.811)	(42.433)	40.718	(1.715)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>22.132</b>	<b>(20.993)</b>	<b>1.139</b>	<b>42.118</b>	<b>(29.089)</b>	<b>13.029</b>
<b>Outros Gastos Operacionais</b>	<b>(8.039)</b>	<b>6.161</b>	<b>(1.878)</b>	<b>(35.879)</b>	<b>3.588</b>	<b>(32.291)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>632.015</b>	<b>207.360</b>	<b>839.374</b>	<b>387.577</b>	<b>823.775</b>	<b>1.211.351</b>
<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>97.665</b>	<b>38.258</b>	<b>135.923</b>	<b>26.749</b>	<b>(80.968)</b>	<b>(54.219)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(183.891)</b>	<b>(408)</b>	<b>(184.299)</b>	<b>727</b>	<b>(314)</b>	<b>413</b>
Despesas financeiras	(257.858)	(408)	(258.266)	(172.429)	(314)	(172.743)
Receitas financeiras	73.967	-	73.967	173.156	-	173.156
<b>Lucro antes impostos sobre lucro</b>	<b>545.789</b>	<b>245.209</b>	<b>790.998</b>	<b>415.054</b>	<b>742.491</b>	<b>1.157.545</b>
Impostos Diferidos sobre lucro	(90.206)	(95.189)	(185.395)	(34.609)	(214.772)	(249.380)
<b>Resultado líquido das operações em continuidade (Transmissão)</b>	<b>455.583</b>	<b>150.020</b>	<b>605.604</b>	<b>380.446</b>	<b>527.720</b>	<b>908.166</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>455.583</b>	<b>150.020</b>	<b>605.604</b>	<b>380.446</b>	<b>527.720</b>	<b>908.166</b>
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	455.583	150.020	605.604	380.446	527.720	908.166
<b>Lucro por ação</b>						
Básico - Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	<b>47,49</b>		<b>63,13</b>	<b>39,98</b>		<b>94,03</b>
Diluído - Atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	<b>47,49</b>		<b>63,13</b>	<b>39,98</b>		<b>94,03</b>
<b>Lucro por ação originado das operações em continuidade</b>	<b>455.583</b>	<b>150.020</b>	<b>605.604</b>	<b>380.446</b>	<b>527.720</b>	<b>908.166</b>
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	<b>47,49</b>		<b>63,13</b>	<b>39,98</b>		<b>94,03</b>
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	<b>47,49</b>		<b>63,13</b>	<b>39,98</b>		<b>94,03</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes relevantes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

#### 14.1 Almoxarifado operacional

O montante de R\$ 6.191 se refere às ordens de reforma de materiais, cujos valores das desativações dos bens apresentam divergências entre a prática contábil regulatória e a societária. Na visão regulatória, os ativos baixados para a triagem, e posterior reforma, são compostos por valor de aquisição mais reservas de reavaliação subtraídas as depreciações acumuladas. Já, na visão societária, os valores dos ativos possuem como base o saldo do Ativo

Contratual, o qual não contempla reavaliações, mas sim a atualização e amortização pelas premissas que constam no fluxo de caixa em observância às determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e da interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão.

As premissas de mensuração e registro dos referidos atos normativos e de orientação não foram absorvidos pelo Órgão Regulador – ANEEL.

#### **14.2. Ativos da Concessão Contratual**

Para fins de contabilidade regulatória os bens a serviço da concessão são tratados como imobilizado e intangível, com o reconhecimento de depreciação e amortização, entretanto, para fins de práticas de contabilizações societárias, eles são apresentados como ativo contratual e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. O montante de R\$ 4.309.434, sendo R\$ 593.806 no Ativo Circulante e R\$ 3.715.628 (R\$ 555.713 em 31 de dezembro de 2022) no ativo não circulante, (R\$ 3.039.014 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao valor presente do fluxo de caixa descontado sobre as parcelas da RAP esperadas até o final da concessão.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes: i) ao retorno do capital investido pela implementação da infraestrutura o que se equivale às quotas de depreciação, e ii) o retorno sobre o capital investido, o que se refere à remuneração dos ativos da concessão.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o novas – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração aplica o modelo “Ativo Contratual”, em observância ao CPC 47, considerando que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões da transmissora de energia, condicionado ao cumprimento das obrigações de desempenho (i) direito de receber caixa ao longo da concessão através de receita anual permitida (“RAP”), (ii) remuneração do ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado e a receita anual permitida (“RAP”), (iii) receita e custos de construção referente aos serviços de construção das instalações da linha transmissão de energia elétrica, (iv) receita de O&M manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

O Ativo intangível não é reconhecido, pois a concessionária não tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado e intangível foi substituído pelo ativo contratual.

#### **14.3. Outros Ativos Circulantes**

O montante de (R\$ 2.147) em 31 de dezembro de 2023 se refere aos valores das desativações em curso, uma vez que os ativos apresentam valores diferentes entre a contabilidade societária e a regulatória, uma vez que, na visão regulatória, os ativos baixados são compostos por valor de aquisição mais reservas de reavaliação e correção

monetária subtraídas as depreciações acumuladas. Já, na visão societária, os valores dos ativos possuem como base o saldo do Ativo Contratual, o qual não contempla reavaliações, mas sim a atualização e amortização pelas premissas que constam no fluxo de caixa em observância às determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e da interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão.

As premissas de mensuração e registro dos referidos atos normativos e orientativos não foram absorvidos pelo Órgão Regulador – ANEEL.

#### **14.4. Tributos Diferidos**

A diferença de R\$ 178.819 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 146.882 em 31 de dezembro de 2022) se refere às constituições de Ativos e Passivos de Tributos Diferidos, sendo que, na contabilidade societária, existem maior níveis de passivos fiscais diferidos em virtude dos valores de amortização e remuneração dos ativos de contrato e, por este motivo, os valores são apresentados no passivo do balanço societário. Esta diferença tem origem nas variações de resultado entre as contabilidades regulatória e societária, estas em virtude a adoção da Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, e sobre a NBC TG 06 – Contratos de Arrendamentos, normas estas não contempladas na contabilidade regulatória.

#### **14.5 Outros Ativos Não Circulantes**

A diferença de R\$ (15.819) em 31 de dezembro de 2023, se refere a diferença de: (i) registro da Equivalência Patrimonial de R\$ 9.890; (ii) Provisão para perda de investimentos de (R\$ 26.297) registrado apenas no societário e (iii) seguro garantia de R\$ 101, na visão regulatória está apresentando na linha de despesas antecipadas e na visão societária está aberto na linha de outros créditos a receber, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

#### **14.6. Imobilizado**

O montante de (R\$ 2.044.729) em 31 de dezembro de 2023, (R\$ 1.576.055) em 31 de dezembro de 2022, é resultado de aplicação da Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Clientes. Neste arcabouço normativo societário, não absorvido pelo Órgão Regulador nas práticas contábeis regulatórias, ocorre a diferenciação da mensuração dos ativos imobilizados vinculados à concessão que, na contabilidade societária, são registrados como Ativo Contratual. Neste contexto, também ocorrem divergências nas contas de resultado, pois enquanto na visão regulatória estes bens sofrem depreciação, na visão societária eles são modificados pela remuneração e amortização, as quais tomam como base as taxas de retorno previstas no fluxo de caixa e a parcela da RAP identificada para a respectiva amortização.

Além da diferença de prática descrita anteriormente, a partir da homologação da última revisão tarifária pela ANEEL, os ativos que sofreram a revisão tarifária, tiveram seus valores reavaliados no exercício de 2020 a partir do novo VNR - Valor Novo de Reposição, com efeitos de aumento do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL Homologou o resultado definitivo da revisão periódica, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, conforme orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

As despesas de depreciação sofrem os ajustes decorrentes dos efeitos da aplicação da norma NBC TG 47 - Receita Contratos com Clientes, no que concerne às transferências do Ativo Imobilizado no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

#### **14.7 Direito de Uso**

O montante de R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma não foi contemplada pela contabilidade regulatória.

Na contabilidade regulatória, os contratos de arrendamentos vinculados à operação da empresa são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um ativo de direito de uso, tendo como contrapartida o passivo de arrendamentos a pagar. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

#### **14.8. Intangível**

Os ajustes de R\$ 67.539, em 31 de dezembro de 2023, e R\$ 67.556, em 31 de dezembro de 2022, são decorrentes dos efeitos da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no que concerne às transferências do Ativo Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual de Concessão no contexto contábil societário, em observação também à Norma NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Além da diferença de prática descrita anteriormente, a partir da homologação da última revisão tarifária pela ANEEL, os ativos que sofreram a revisão tarifária, tiveram seus valores reavaliados no exercício de 2020 a partir do novo VNR - Valor Novo de Reposição, com efeitos de aumento do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL Homologou o resultado definitivo da revisão periódica, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, conforme orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

As despesas de amortização sofrem os ajustes decorrentes dos efeitos da aplicação da norma NBC TG 47 - Receita Contratos com Clientes, no que concerne às transferências do Ativo Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

#### **14.9. Passivos Financeiros Setoriais**

O montante de R\$ 32.299, em 31 de dezembro de 2023, decorre do reconhecimento de efeitos temporários recebidos via RAP e que serão devolvidos via parcela de ajuste (PA) no próximo ciclo tarifário.

#### **14.10. Outros Passivos Circulantes**

O montante de R\$ 673 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.554 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi contemplada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos vinculados à operação da empresa são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de

arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

#### **14.11. Outros Passivos Não Circulantes**

O montante de R\$ 4.527 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 5.201 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi contemplada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos vinculados à operação da empresa são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo é reduzido pela depreciação periódica, enquanto o passivo é alterado pelos pagamentos e pelas atualizações monetárias.

#### **14.12. Encargos Setoriais**

O valor de R\$ 59.082 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 53.230 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento das obrigações especiais na contabilidade societária na rubrica de “Obrigações da Concessão”, enquanto, na contabilidade regulatória, estes saldos são apresentados em linha específica de “Obrigações Especiais”.

#### **14.13. Obrigações Especiais**

O montante de R\$ 80.003 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 75.895 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento das obrigações especiais que, na contabilidade societária, estes saldos são apresentados na rubrica de “Obrigações da Concessão”, enquanto, na contabilidade regulatória, estes saldos são apresentados em linha específica de “Obrigações Especiais”.

#### **14.14. Tributos diferidos**

O montante de R\$ 544.513, em 31 de dezembro de 2023, decorre do reconhecimento de diferenças temporárias, como por exemplo: o reconhecimento de tributos diferidos sobre os ganhos e perdas advindas dos Ativos Contratuais abarcados pela Norma Contábil NBC TG 47, sendo refletido apenas na contabilidade societária. Também ocorrem diferenças temporárias apenas na contabilidade societária relacionadas aos valores de depreciação e encargos sobre os ativos de direito de uso e sobre os passivos de arrendamento.

#### **14.15. Reserva Especial - Dividendos não Distribuídos**

Em decorrência das diferenças de práticas entre a contabilidade regulatória, em comparação à societária, os resultados entre estas duas demonstrações contábeis ficam diferentes, sendo que isso acaba provocando impactos para a conta de Lucros Acumulados, refletindo posteriormente nas constituições das reservas.

Alguns dos ajustes de práticas contábeis são colocados a seguir:

##### **Depreciação/Amortização (resultado)**

Os ajustes são decorrentes dos efeitos da aplicação NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, no que concerne às transferências do Ativo Imobilizado e Intangível no contexto contábil regulatório para o Ativo Contratual da Concessão no contexto contábil societário.

##### **Remuneração do Ativo Contratual (resultado)**

Este ajuste refere-se à remuneração do Ativo Contratual, abarcado pela Norma Contábil NBC TG 47, por meio da Taxa Interna de Retorno - TIR de cada contrato de concessão, determinada através de um fluxo de caixa descontado, sendo reconhecida no resultado do exercício apenas na contabilidade societária.



#### **Amortização do Ativo Contratual (resultado)**

Este ajuste refere-se aos valores de amortização do Ativo Contratual, abarcado pela Norma Contábil NBC TG 47, sendo também definido por meio da identificação da parcela mensal da RAP que amortiza os ativos da concessão em um fluxo de caixa previsto até o final da concessão, sendo reconhecido no resultado do exercício apenas na contabilidade societária.

#### **Receita e Custo de Construção (resultado)**

Os ajustes são decorrentes dos valores de receita e custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

Esta classificação só é exigida na contabilidade societária por meio da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

#### **Despesa de Aluguéis/Depreciação do Ativo de Direito de Uso/Encargos sobre Passivo de Arrendamentos**

Esta diferença entre o resultado societário versus regulatório decorre do reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, sendo contemplada na contabilidade societária, mas foi absorvida de forma integral pela contabilidade regulatória.

Na contabilidade regulatória, os contratos de arrendamentos vinculados à operação da empresa são classificados como despesa de aluguel em contrapartida à conta de fornecedores – materiais e serviços. Já, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso. O ativo sobre depreciação, enquanto o passivo sofre pagamentos e atualizações monetárias registradas no resultado financeiro.

#### **14.16. Outros Resultados Abrangentes**

O montante de R\$443.644 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 482.199 em 31 de dezembro de 2022, se refere à Reserva de Reavaliação que fica inserida no grupo dos Outros Resultados Abrangentes e apresenta contabilização somente nas Demonstrações Regulatórias.

A Base de Remuneração Regulatória foi homologada provisoriamente pela REH nº 2.709/2020. Com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela Resolução Homologatória nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL Homologou o resultado definitivo da revisão periódica de 2018 da Receita Anual Permitida – RAP, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001. Os valores da RAP homologada fazem parte da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Estes atos normativos serviram de base para o registro da reserva de reavaliação na contabilidade regulatória, tendo como contrapartida os grupos de Imobilizado e Intangível, conforme orientação emitida pela ANEEL no Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016, não sendo refletida na contabilidade societária.

#### **14.17. Receita Líquida/Ingresso líquido**

O montante de R\$ 713.463 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 859.130 em 31 de dezembro de 2022, refere-se aos registros de amortização e remuneração dos ativos contratuais, remensuração do ativo contratual e receita de construção, estes refletidos apenas na contabilidade societária, seguindo os preceitos da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

O montante de R\$ 20.778, refere-se as receitas/deduções sobre prestação de serviços de engenharia e compartilhamento de infraestrutura que, para a contabilidade societária, está classificado como Outras Receitas Operacionais e outras deduções. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de Receita

Operacional Bruta e Líquida. Desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

#### **14.18. Tributos**

O montante de R\$ 1.254, refere-se a Crédito de Pis/Cofins sobre a depreciação de equipamentos em operação que, na visão regulatória, são ativos imobilizados que depreciam, entretanto, na visão societária, os mesmos estão classificados como ativo contratual, sendo reduzidos por amortização mensal na linha de receita operacional bruta.

#### **14.19. Custos Gerenciáveis**

Os principais pontos de divergência entre a contabilidade regulatória, em comparação à societária, estão destacados a seguir:

##### **Pessoal**

O montante de R\$ 167 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 324 em 31 de dezembro de 2022, refere-se aos valores cobrados a título de ressarcimentos de custo com pessoal que, na visão regulatória, este ressarcimento está classificado no grupo de despesas com pessoal, enquanto, na visão societária, estes valores estão classificados como recuperação de despesa em Outros Gastos.

##### **Custo de construção**

O montante de R\$ 582.927 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 198.376 em 31 de dezembro de 2022, refere-se aos registros de custo de construção ligados às adições no ativo contratual em curso para o exercício, sendo refletidos apenas na contabilidade societária, seguindo os preceitos da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente. Também neste conceito estão os registros de receita de construção, classificada no grupo de Receita Operacional Líquida.

##### **Despesa de locação**

O montante de R\$ 1.953 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4.092 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao reconhecimento da Norma NBC TG 06 – Arrendamentos, na contabilidade societária. Esta norma que não foi abarcada pela contabilidade regulatória, na qual os contratos de arrendamentos são classificados como despesa de aluguel, enquanto, na contabilidade societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um ativo de direito de uso, sendo reduzido pela depreciação mensal.

##### **Provisões**

A diferença de R\$ 16.733 em 31 de dezembro de 2023, entre a contabilidade regulatória e societária se refere a diferença sobre as provisões para créditos de liquidação duvidosa, trabalhistas, cíveis e fiscais, que para a contabilidade societária, este valor está classificado como PCLD e Outras Despesas Operacionais. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de provisões, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

##### **Depreciação e Amortização**

A diferença de R\$ 89.905 em 31 de dezembro de 2023, e R\$ 94.067 em 31 de dezembro de 2022, se refere à diferença de prática contábil a respeito do registro dos ativos imobilizados e intangíveis vinculados à concessão, os quais, na contabilidade regulatória, são registrados como imobilizado e intangível, sendo impactados pela depreciação e amortização que tem como contrapartida a linha de custo operacional, seguindo as premissas do CPC 27 – Ativo Imobilizado. Já, na contabilidade societária, estes ativos são registrados segundo o CPC 47 (NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, sendo classificados como Ativo de Concessão Contratual, passando a serem impactados por remuneração e amortização, estas que são lançadas no grupo de Receita Operacional Líquida. Vale lembrar que a Norma NBC TG 47 não foi absorvida pelo órgão regulador ANEEL como prática para a contabilidade regulatória.

### Gastos diversos da atividade vinculada

O montante de R\$ 18.260 em 31 de dezembro de 2023 se refere, principalmente ao registro de baixa de depósitos judiciais R\$ 16.811, que, para a contabilidade societária, este valor está classificado como outras despesas operacionais, por se tratar de baixa de processos e custas judiciais. Já, para a contabilidade regulatória, este valor está compondo o grupo de gastos diversos. Vale lembrar que, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as linhas do resultado entre as visões regulatória e societária.

### Resultado financeiro

A diferença no resultado financeiro, (R\$ 408) em 31 de dezembro em 2023 e (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2022, se refere aos registros de encargos sobre os passivos de arrendamentos a pagar, os quais se encontram no escopo da Norma Contábil NBC TG 06 – Contratos de Arrendamentos, sendo que a referida norma não foi absorvida pelo Órgão Regulador ANEEL como prática para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Sob o olhar desta norma, os contratos de arrendamentos vinculados à operação da empresa são classificados como despesa de aluguel na visão regulatória, entretanto, na visão societária, o contrato de arrendamento é classificado inicialmente como um passivo de arrendamentos a pagar, tendo como contrapartida um ativo de direito de uso, gerando atualizações monetárias com base em uma taxa implícita de captação que compõe o fluxo de caixa modelado para todo o período de vigência do contrato.

### Impostos diferidos sobre lucro

A diferença no grupo de tributos diferidos, (R\$ 91.433) em 31 de dezembro de 2023 e (R\$ 214.772) em 31 de dezembro de 2022, decorre do reconhecimento das diferenças temporárias distintas em cada contabilidade, a exemplo dos tributos diferidos constituídos sobre os ganhos e perdas advindas dos Ativos Contratuais que estão no escopo da Norma Contábil NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, que são refletidos apenas na contabilidade societária.

Também ocorrem diferenças temporárias relacionadas aos valores de depreciação sobre os ativos de direito de uso e encargos sobre os passivos de arrendamento, que estão no escopo da norma NBC TG 06 – Arrendamentos.

Desta forma, considerando as normas aqui citadas, existem diferenças de práticas contábeis entre as contabilidades regulatória e societária.

## 14.20. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>1.336.812</b>	<b>1.764.825</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Custo com construção da infraestrutura	1.554.106	971.179
IR/CSLL diferidos - sobre as diferenças de práticas contábeis	764.751	669.562
Amortização Ativo Contratual	2.870.593	2.277.835
Reserva de Reavaliação	568.953	571.188
Equivalencia patrimonial - sobre as diferenças de práticas contábeis	46.558	84.816
Ganhos/ Perdas alienação e Desativação	52.949	56.666
Outros ajustes	95.222	85.538
Remuneração / Atualização do ativo contratual (ICPC 01 - CPC47)	(4.549.022)	(3.984.028)
Remensuração Ativo Contratual (RTP)	(320.045)	(320.045)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	(1.861.829)	(1.041.560)
Depreciação e amortização - Imobilizado de transmissão	(532.650)	(570.289)
Depreciação e amortização - Reserva de reavaliação	(127.544)	(88.989)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>(101.146)</b>	<b>476.698</b>

#### 14.21. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária</b>	<b>605.604</b>	<b>908.166</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	(463.918)	(874.031)
Amortização Ativo Contratual	592.758	634.595
Remensuração Ativo Contratual (RTP)	-	(320.045)
Receita de construção da infraestrutura	(820.269)	(268.757)
PIS/COFINS sobre depreciação e amortização	(1.254)	-
Custo com construção da infraestrutura	582.927	198.376
Depreciação e amortização - Imobilizado de transmissão	(51.350)	(51.172)
Depreciação e amortização - Reserva de reavaliação	(38.555)	(42.895)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso (IFRS 16)	1.665	3.943
Realização da Provisão de AFAC (TESB)	-	(94.303)
Arrendamento - IFRS 16	(1.544)	(3.778)
Ganhos/ Perdas alienação e Desativação	(5.952)	(5.392)
Equivalência Patrimonial - Ajustes regulatório	(38.258)	80.968
IR/CSLL diferidos - sobre as diferenças de práticas contábeis	95.190	214.772
Outros ajustes (Imobilizado)	(1.462)	-
<b>Resultado líquido do exercício regulatório</b>	<b><u>455.583</u></b>	<b><u>380.446</u></b>

#### 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 28 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua controladora direta CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Cone Sul"), uma empresa limitada de capital fechado. A incorporação foi aprovada pelos acionistas das duas sociedades em assembleias gerais extraordinárias realizadas no mesmo dia, e teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo CPFL Energia, gerando sinergias operacionais e administrativas. A incorporação não teve efeito sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2023.

---

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Karin Regina Luchesi**

Presidente

**André Luiz Gomes da Silva**

**Bruno Augusto Pereira Rovea**

**Futao Huang**

**Xinjian Chen**

Conselheiros

---

---

**DIRETORIA**

---

**André Luiz Gomes da Silva**

Diretor Presidente

**Celso Guimarães Filho**

Diretor de Operações

**YUEHUI PAN**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**José Alexandre Almeida Serra**

Diretor de Engenharia

**Fu Li**

Diretor Presidente Adjunto

---

---

**CONTABILIDADE**

---

**Ricardo Fernando Ferreira**

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

---

---

[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

---

# ***Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T***

***Demonstrações contábeis  
regulatórias em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

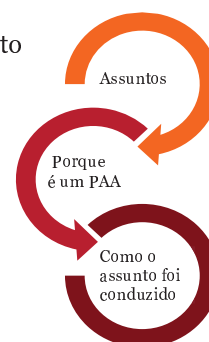
Chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento do Ativo Imobilizado e intangível (Notas 5, 5.1 e 5.2)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 2.221.562 mil e R\$ 72.788 mil referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais estão substancialmente vinculados ao contrato de concessão de serviço público.

Para fins regulatórios, esses ativos são reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção, bem como os juros capitalizados durante sua construção, quando aplicável, e deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação/amortização desses itens é calculada pelo método linear, considerando as taxas anuais determinadas pelo órgão regulador.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e a necessidade de reconhecimento desses ativos como imobilizado e intangível para fins de demonstrações contábeis regulatórias segundo os critérios definidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE").

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração para reconhecimento do ativo imobilizado e do ativo intangível, bem como a avaliação do desenho dos controles internos da Companhia relacionados à esses ativos.

Em bases amostrais, efetuamos testes documentais nas adições e baixas ocorridas durante o exercício no imobilizado e no intangível.

Adicionalmente efetuamos o recálculo do custo de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, no exercício, com base nas taxas anuais determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE confrontando o resultado do recálculo com os registros contábeis.

Também, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Consideramos que o reconhecimento do ativo imobilizado e intangível, realizado pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.





Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações financeiras societárias**

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 21 de março de 2024, sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



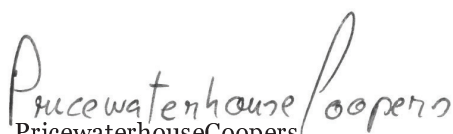
Companhia Estadual de Transmissão de  
Energia Elétrica - CEEE-T

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2024

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Porto Alegre, 24 de abril de 2024.

Concessionária: **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica-CEEE-T.**

**TERM OF RESPONSIBILITY**

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Porto Alegre, April 24, 2024.

Concessionaire: **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica-CEEE-T.**

DocuSigned by:  


**André Luiz Gomes da Silva**  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 246.744.258-67

DocuSigned by:  


**Yuehui Pan**  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor  
Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:  


**Ricardo Fernando Ferreira**  
Gerente de Serviços Financeiros  
Financial Services Manager  
CRC 1SP 321353/O-4  
CPF: 400.474.638-80

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---